



**Centro Federal de
Educação Tecnológica
de Santa Catarina**



**REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

**2008
RELATÓRIO DE GESTÃO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eliezer Moreira Pacheco

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Consuelo A. Sielski Santos
Regina Rogério (Suplente)

CONSELHEIROS:

Titulares

Masae Kawano
Flávia Gazoni
Cláudio Adalberto Koller
Rui César da Silva
Nadi Helena Presser
Antônio José Carradore
Abel Just
Julcinéia A.M.C.Netto

Representação

Docente
Téc. Administrativo
SETEC
SINTEC
FECOMÉRCIO
FIESC
FAESC
Discente

Suplentes

Bruno Manoel Neves
Felipe Cintra Braga Nunes
Luiz Aquiles M. Medeiros
Lino Gilberto da Silva
Paulo Tailise N. De Quadros
Norberto Dias
Leônidas Benigno Martins
Jian Carlos de Melo

DIREÇÃO DO CEFET-SC

Diretora-Geral
Consuelo Aparecida Sielski Santos

Vice-Diretora-Geral
Regina Rogério

Diretora de Administração e de Planejamento
Rosângela Mauzer Casarotto

Diretora de Ensino
Nilva Schroeder

Diretor de Relações Externas
Marcelo Carlos da Silva (até 16.06.2008)
Vilmar Coelho (a partir de 16.06.2008)

Diretora de Pós-graduação e Pesquisa
Maria Clara Kaschny Schneider

Diretor de Gestão do Conhecimento
Jesus Graciliano da Silva

Diretor de Expansão
Marcelo Carlos da Silva (a partir de 16.06.2008)

Diretor da Unidade Florianópolis
Carlos Ernani da Veiga

Diretora da Unidade Jaraguá do Sul
Rosemary Maffezzolli dos Reis

Diretora da Unidade Joinville
Juraci Maria Tischer (até 08.04.2008)
Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio (a partir de 08.04.2008)

Diretor da Unidade São José
Jorge Luiz Pereira

Diretor da Unidade Chapecó
Juarez Pontes

Diretora da Unidade Continente
Daniela de Carvalho Carrelas

Diretor da Unidade Araranguá
Paulo Giansesini

MISSÃO:

“DESENVOLVER E DIFUNDIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO, FORMANDO INDIVÍDUOS CAPACITADOS
PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E
DA PROFISSÃO.”

VISÃO DE FUTURO:

“CONSOLIDAR-SE COMO CENTRO DE EXCELÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA.”

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Identificação	8
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos	9
2.1. Responsabilidades institucionais – papel da unidade na execução das políticas públicas	9
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	10
2.3. Gestão de Programas e Ações	13
2.3.1. Programas	13
2.3.2. Principais Ações	15
2.3.2.1. Gestão das Ações	16
2.4. Desempenho Operacional	28
2.4.1. Evolução dos gastos	34
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	35
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	35
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	35
6. Previdência complementar patrocinada	35
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	35
8. Renúncia Tributária	35
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	35
10. Operações de fundos	36
11. Despesas com cartão de crédito	36
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	37
12.1. Ações da Auditoria Interna realizadas no CEFET-SC	37
12.2. TCU – Tribunal de Contas da União	40
12.3. CGU – Controladoria Geral da União-SC	40
12.4. Plano de Providências	54
13. Determinações e recomendações do TCU	74
14. Atos admissão, desligamento, concessão aposentadoria e pensão praticados exercício	74
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	74
16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos:	75
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	76
Relatório de Gestão – Exercício 2008 - CEFET-SC	5

APRESENTAÇÃO

"Se há algum segredo de sucesso, ele consiste na habilidade de apreender o ponto de vista da outra pessoa e ver as coisas tão bem pelo ângulo dela como pelo seu."

Henry Ford

A avaliação do Plano de Gestão feito para o ano de 2008 parte do princípio que nesse ano estavam em plena efervescência a transformação em Instituto Federal e o Plano de Expansão II deste CEFET-SC. Essas ações remeteram a Diretoria Geral a percursos inusitados e bastante desafiadores. Algumas medidas de caráter excepcional foram tomadas para que todo o processo de planejamento pudesse ser transformado em ações previstas e, portanto, passíveis de execução.

Este Relatório de Gestão, no seu todo, apresenta de modo bastante elucidativo, as estratégias de atuação deste CEFET-SC para a execução das políticas institucionais construídas. De acordo com a dinâmica de nossa gestão, que é participativa no seu pleno significado, a grande conquista consistiu em colocar em interação não somente a responsabilidade pelas decisões, mas também pela execução, fiscalização e avaliação, em comprometimento de toda a comunidade. Este é o compromisso desta gestão para a construção de um Instituto Federal cumprindo efetivamente com seu compromisso social.

Exemplo disso está no processo desencadeado para decidir sobre a transformação deste CEFET-SC em Instituto Federal, que contou com a votação dos alunos, docentes e administrativos.

Esta Diretoria mobilizou toda a comunidade interna e também a externa sabedora de que a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina seria uma grande oportunidade para esta Instituição Federal de Ensino, senão vejamos: fortaleceria o compromisso com a inclusão social do CEFET-SC e ampliaria suas ações, garantindo recursos financeiros, ampliação de quadro pessoal, traria maior acesso a programas de fomento à pesquisa, a possibilidade de um plano de carreira estruturado de acordo com os anseios da rede, maior autonomia financeira e didático-pedagógica, além de assegurar uma identidade para a EPT, resgatando as visões e expectativas refletidas na CONFETEC.

Debates foram realizados em todas as Unidades, inscreveram-se teses favoráveis e contrárias à transformação e, ao final desse processo, aconteceu a votação com participação pela da comunidade que faria a sua opção: seríamos Instituto Federal ou continuaríamos a ser CEFET-SC.

Hoje, de acordo com essa votação, somos Instituto Federal de Santa Catarina pela promulgação da Lei nº 11.892/2008.

Em sintonia com as políticas do Governo, as Unidades do Plano de Expansão I foram solidificadas e ampliadas de acordo com a previsão posta em seus planejamentos. Na execução do Plano de Expansão II, todos os preparativos para o início das obras foram executados. Esses preparativos envolvem as ações de escrituração dos terrenos em nome desta Instituição; de projetos arquitetônicos remodelados em função de as Unidades serem transformadas em Campus e, portanto, com aumento do número de cursos e ampliação de área a ser construída; de projetos complementares contratados e, por fim, a conclusão de todo o processo licitatório de contratação das empresas construtoras.

As ações desenvolvidas pelo Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação fortaleceram as ações afirmativas e a política de inclusão deste CEFET-SC. Além disso, o grande marco dessa área foi a aprovação do Mestrado Profissional em Mecatrônica, único do país. Também houve o aumento significativo de número de bolsas para alunos e professores que serão apresentados com mais detalhes na avaliação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Na Diretoria de Gestão do Conhecimento, normas e procedimentos foram estabelecidos para que a memória institucional possa ser construída na esteira do tempo e para que as informações e o conhecimento possam fluir no interior da Instituição em todas as suas facetas.

Este relatório anual tem por objetivo apresentar o desenvolvimento das atividades do CEFET-SC em 2008. Mantivemos as denominações oficiais dos fóruns e órgãos constituídos até então, que foram alteradas com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. No Capítulo 4 apresentamos mais informações sobre como se dará o processo de implantação do Instituto Federal de Santa Catarina.

Enfim, mas não por último, o IF-SC abre mais espaços para a educação de qualidade, garantindo e fortalecendo uma inserção, instrumentalização e intervenção positiva de cada cidadão e de seu coletivo para a melhoria da sociedade em que vive, uma sociedade plena de direitos que fazem brotar, naturalmente, deveres conectando-se às marcas *metamórficas* de uma sociedade em plena ebulição.

Consuelo A. Sielski Santos
Reitora do CEFET-SC

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET-SC	
Natureza jurídica	Autarquia do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Educação	
Norma de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no DOU.	<p>O CEFET-SC foi criado mediante transformação da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos termos das Leis nº 6.545, de 30 de junho de 1978; 7.863, de 31 de outubro de 1989, 8.711, de 28 de setembro de 1993 e 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e Decreto Presidencial de 26 de março de 2002.</p> <p>A finalidade é dar formação e qualificação a profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.</p> <p>O Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004, dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Decreto nº 5.225, altera os dispositivos do Decreto 3.860, de 09 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições.</p> <p>A organização e funcionamento são disciplinados pelo seu estatuto, aprovado pelo Decreto nº 2.855, de 02 de dezembro de 1998 e seu regimento interno aprovado pela portaria do Ministério da Educação nº 667, de 23 de abril de 1999, publicado no D.O.U de 20/05/99.</p>	
CNPJ	81.531.428/0001-62	
Nome e código no SIAFI	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina CÓDIGO: 26219 UNIDADE GESTORA: 153025 GESTÃO: 15219	
Código da UJ titular do relatório	26219	
Endereço completo da sede	Rua 14 de Julho, 150, Enseada dos Marinheiros, Coqueiros CEP: 88.075-010 – FLORIANÓPOLIS-SC FONE: (48) 3271-1400 FAX: (48) 3271-1416	
Endereço da página na Internet	www.cefetsc.edu.br www.ifsc.edu.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	em funcionamento	
Função de governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Ensino Profissionalizante	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina	153025

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

As informações constam do quadro de Metas do Orçamento e dos Indicadores de gestão

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - Papel da unidade na execução das políticas públicas

O papel do CEFET-SC na execução das políticas públicas é consoante às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, tendo sua atuação vinculada aos programas e ações governamentais.

Tem sede e foro na cidade de Florianópolis - SC, na Rua 14 de Julho, 150 – Enseada dos Marinheiros, Coqueiros, CEP 88.075-010, fone (48)3271-1400, fax (48) 3271-1416, página na internet www.cefetsc.edu.br, inscrito no CNPJ sob no 81.531.428/0001-62, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A organização e o funcionamento estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Portaria 1.125 de 27 de novembro de 2007 / MEC. No Sistema de Administração Financeira – SIAFI, o código da Instituição é 26219, a Unidade Gestora é 153025 e a Gestão é 15219.

O CEFET-SC tem procurado constantemente focar sua oferta de cursos em sintonia com a demanda profissional apresentada pelas empresas que compõem os setores mais fortes da economia catarinense, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região da sua abrangência.

Vinculado ao Ministério da Educação, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina constitui-se em um sistema composto por sete unidades de ensino: Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó, Continente (Florianópolis) e Araranguá.

O Governo Federal aprovou o Plano de Expansão II da Educação Profissional, que prevê a expansão da rede federal que hoje soma 140 unidades e totalizará 354 até o final de 2010. Para o CEFET-SC coube a implantação de mais seis unidades de ensino, que localizar-se-ão nos municípios de Itajaí, Gaspar, Lages, Canoinhas, São Miguel D'Oeste e Criciúma e encontram-se em fase de início das obras de engenharia, sendo que o funcionamento está previsto para 2010. Incorporar-se-á ao CEFET-SC também uma unidade de ensino na cidade de Xanxerê, federalizada, com funcionamento previsto para o segundo semestre de 2009.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei 11.892 que transformou o CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Nesse novo cenário, criam-se mais oportunidades de formação. A principal inovação com a criação do Instituto Federal está no modelo pedagógico, que oferece aos cidadãos as opções de cursar desde o ensino médio até a formação profissional média ou superior na mesma instituição da rede pública federal.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Toda a estratégia de atuação do CEFET-SC no ano de 2008 fundamentou-se no Plano de Expansão da Educação Profissional II, que prevê a expansão da rede federal de cerca de 140 unidades para 354 até o final de 2010 e na implantação dos Institutos Federais.

Santa Catarina insere-se nesse contexto, recebendo mais 7 Unidades até 2010 e mais 3 Pólos presenciais. Essa política nacional induziu a elaboração de um Planejamento para o ano de 2008 quando se priorizou a implantação das novas unidades e também a implantação do Instituto Federal. Para alcance desses objetivos, diversas ações foram estabelecidas .

Em relação à oportunização de acesso, em 2008 a instituição consolidou seus estudos sobre políticas de inclusão, cumprindo assim sua função social ao aprovar uma Regulamentação sobre quotas. A democratização do acesso foi acompanhada por diversas medidas que tiveram por objetivo garantir a permanência e êxito, tais como programas de assistência ao educando, capacitação dos docentes, acompanhamento aos alunos egressos/ evadidos entre outros.

As atividades de ensino, de pesquisa e extensão foram reorganizadas de forma indissociável por meio de Resoluções aprovadas pelo Conselho Diretor, possibilitando mais transparência e organização na distribuição da carga horária docente.

Em 2008 procurou-se consolidar a implantação das Unidades do Plano de Expansão I, que se encerrou com a implantação da Unidade Araranguá em dezembro de 2007. No entanto, em 2008 diversos concursos públicos foram realizados para completar o quadro de servidores docentes e administrativos dessas Unidades. Também foram aplicados recursos para montagem de diversos laboratórios dessas novas Unidades. Dessa forma, o CEFET-SC obteve um incremento em infraestrutura, no quadro de servidores e no número de vagas ofertadas.

Para o alcance da melhoria de infra-estrutura, o CEFET-SC contou com financiamento do Governo Federal – MEC, tendo obtido o apoio necessário, conforme demonstrativo de recursos recebidos por descentralização. No entanto, todo o incremento orçamentário e ampliação do número de unidades implicaram a necessidade de melhoria dos procedimentos e integração das equipes que atuam em setores correlatos. Para tanto, atuou no desenvolvimento de seus servidores por meio da implantação do Programa de Qualificação Institucional.

Os gestores do CEFET-SC foram capacitados por meio de encontros quinzenais para compartilhamento de experiências e discussão de soluções comuns para problemas comuns. Com tudo isso, pode-se considerar que o CEFET-SC vem se constituindo em um ambiente em que realmente não só seus estudantes aprendem, mas também constitui-se em uma instituição que aprende.

O ano de 2008 foi fundamental ainda para a preparação da implantação do Plano de Expansão II. Isso significou um movimento para reorganização das equipes de engenharia e de licitações, dado o desafio de implantar 7 Unidades durante o ano de 2009.

O Projeto de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Santa Catarina, aprovado pelo MEC e viabilizado por meio de Lei Federal 11.892/2008 implicou a discussão coletiva sobre

os rumos da instituição e o início dos trabalhos para elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, que dê conta da nova institucionalidade que se vislumbra.

A seguir estão apresentadas diversas ações estratégicas implantadas em 2008, tendo em vista as considerações anteriores.

Com a definição das novas Unidades do Plano de Expansão II nas cidades de Lages, Canoinhas, São Miguel do Oeste, Criciúma, Gaspar e Itajaí, uma série de providências administrativas foram tomadas para viabilização das obras, cujo início está previsto para 2009. Inicialmente foram realizados processos licitatórios para elaboração dos projetos arquitetônicos. Posteriormente foram licitados os projetos complementares (estrutural, hidro-sanitário, elétrico, telefone, redes) e organizadas as licitações para execução das obras.

Em virtude do volume de recursos a serem administrados e a necessidade de se adequar os processos licitatórios às legislações vigentes e recomendações expressas em relatórios dos órgãos de controle foram viabilizadas diversas modificações nos processos licitatórios realizados por esta instituição.

Foi implantado o Sistema de Registro de Preços. Nessa modalidade a instituição especifica o objeto e determina um quantitativo estimado para o período de um ano. A instituição só paga o que for efetivamente consumido. Dessa forma viabilizou-se a contratação de material de expediente, material gráfico para processos de divulgação dos cursos, de serviços tais como a montagem de eventos, formaturas, bem como a publicação de livros e compra de alimentos. Durante o ano de 2008 foi possível observar como é possível aperfeiçoar o uso dessa modalidade de licitação, com a determinação de forma mais precisa do quantitativo. Pretende-se também padronizar a descrição dos objetos, facilitando-se assim a aquisição de material de consumo para laboratórios de cursos similares oferecidos por diferentes Unidades.

Realizaram-se diversos encontros com os profissionais envolvidos em processos licitatórios em todas as Unidades, de tal forma a compartilhar as experiências e padronizar os procedimentos a serem adotados. Um endereço eletrônico foi criado (compras@cefetsc.edu.br) para facilitar a troca de informações durante o dia-a-dia. Com isso foi possível realizar a capacitação dos novos servidores que foram recém contratados para as Unidades do Plano de Expansão I. Procedimentos de unificação dos processos foram adotados. Dessa forma, as equipes de compras dividiram o trabalho e licitaram para todo o Sistema CEFET-SC. Por exemplo, a Unidade Chapecó adquiriu mobília para todas as demais unidades em um processo único.

Os processos de dispensa de licitação tiveram seus procedimentos normatizados e os valores acompanhados de forma sistêmica.

O aumento do volume da frota do CEFET-SC implicou melhoria da forma de aquisição de combustível. Realizou-se uma licitação para fornecimento de combustível em todo o estado, evitando-se o uso de cartão corporativo para tanto. Atualmente o carro pode ser abastecido em todo o estado utilizando-se o Sistema Good Car. Todo o controle de consumo da frota é informatizado e pode ser analisado mensalmente por meio de relatórios informatizados.

O aumento do número de Unidades gerou uma necessidade de geração de relatórios mensais sobre a execução orçamentária. Esse problema será resolvido no ano de 2009 com a implantação do CNPJ diferenciado. O CNPJ será único, mas os últimos dígitos permitirão identificar cada Campus. Com essa diferenciação cada Campus funcionará com uma UGE – Unidade Gestora Executora. Dessa forma, os recursos serão alocados diretamente em cada UGE, permitindo maior controle e transparência nos gastos.

Também será realizada a capacitação dos servidores da área financeira para que estes saibam utilizar com mais eficiência o SIAFI. Um Sistema de Controle Financeiro também será adquirido durante o ano de 2009 para melhorar a gestão orçamentária.

Considerando a exposição nacional do uso dos cartões corporativos – suprimentos de fundos – efetivou-se uma drástica redução de seu uso no CEFET-SC. Foram revistos os procedimentos e realizada capacitação dos Supridos. O suprimento de fundos tem sido utilizado apenas para situações de emergência, o que significa que está ocorrendo um melhor planejamento dos gastos pelas Unidades.

Com a criação da Coordenadoria de Contratos todos os contratos de fornecimento de produtos e serviços foram organizados com a nomeação de fiscais de contratos, que têm a incumbência de acompanhar o efetivo cumprimento dos objetos contratados. Implantou-se o lançamento dos contratos no sistema de acompanhamento com cronograma de cada um. Foi criado um email de acompanhamento para fiscais de contratos e em 2009 será efetivada a medição de cada contrato diretamente por seu fiscal. Ainda, descentralizou-se a guarda dos documentos relativos a cada contrato na própria unidade usuária do contrato.

Concluiu-se, registrando o avanço significativo obtido com a contratação de novos engenheiros, formando assim uma equipe eficiente para a elaboração de orçamentos, projetos e fiscalização das obras. Em 2009 será implantado o Departamento de Obras e Engenharia.

Na área de gestão de pessoas, realizaram-se dois encontros envolvendo todos os servidores das CGP das Unidades para capacitação e compartilhamento das experiências. Também avançou-se na descentralização das CGPs com a implantação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Unidade Florianópolis. Foram realizados diversos concursos públicos com a contratação de novos servidores. Realizou-se a ambientação desses profissionais por meio da descentralização dessa atividade para as CGPs das Unidades.

Implantou-se o Pagamento de Auxílio Saúde para os servidores administrativos. Por limitações legais não foi possível o pagamento para os docentes, o que será implantado em 2009.

Discutiu-se e implantou-se a Resolução de Acompanhamento das atividades docentes – Resolução 13/2009, organizando e padronizando as regras entre todas as Unidades. Implantou-se a Resolução 23 do CRH que trata da avaliação do estágio probatório. Durante o ano realizou-se a avaliação dessa resolução e encaminhou-se a revisão para o início de 2009.

Ainda em 2008 implantou-se o novo Plano de Carreira docente, por meio da MP 431, posteriormente confirmada pela Lei 11784/2008. Para tanto, foi necessário o estabelecimento de intenso debate com a comunidade para que os docentes pudessem fazer a adesão ao novo plano de forma transparente e organizada. Com apoio da DGC, realizaram-se seminários presenciais, usando vídeo-conferência, DVDs, cartilhas, resumos e apresentações sobre os detalhes da MP 431.

Após quase 3 anos sem realização de laudo de insalubridade / periculosidade, em 2008 licitou-se a elaboração de novo laudo em todos os setores das 7 Unidades do CEFET-SC. A implantação efetiva do laudo se deu a partir de janeiro de 2009.

Discutiu-se durante o ano como organizar a jornada de trabalho dos servidores, culminando com a aprovação, pelo Colegiado Administrativo, da Resolução 08, que trata da flexibilização da jornada.

Revisou-se a Resolução 61, que tratava sobre regras para afastamentos para capacitação / participação em eventos. Essa Resolução passou a se chamar Resolução 24/2008/CD.

Todas essas atividades envolvendo Gestão de Pessoas foram realizadas com a participação efetiva da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, vinculada à DGC-Diretoria de Gestão do Conhecimento. Para o ano de 2009, com a criação do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas e da Diretoria de Gestão de Pessoas, passa-se para a fase de implantação efetiva do Plano de Qualificação Institucional.

2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1. PROGRAMAS

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

0750 - Apoio Administrativo

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

1067 - Gestão da Política de Educação

0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 1 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Ministério da Previdência Social
Gerente executivo	Ministério da Previdência Social
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 2 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Atividade-meio
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores do CEFET-SC

Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 3 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta de educação profissional nos cursos de nível técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Médio Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional Nível Tecnológico
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que procuram ensino profissional de nível técnico, tecnológico e de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Programa 1067 - Gestão da Política de Educação

Tabela 4 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Atividade-meio
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores do CEFET-S

Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento e Setenças Judiciais

Tabela 5 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Cumprimento e Setenças Judiciais
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais

2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS

- 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
- 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
- 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- 2992 – Funcionamento da Educação Profissional
- 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional
 - 2E13 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica
- 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional
- 6358 – Capacitação de Docentes da Educação Profissional
- 6364 – Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional
- 4572 – Capacitação Servidores Públicos Federais em Processo Qualificação e Requalificação
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial transitada em Julgado (Precatórios)

2.3.2.1. GESTÃO DAS AÇÕES

Ação 0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo e aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria /pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais, na forma do art.8º da Lei 19.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais, na forma do art.8º da Lei 19.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Oferecer aos empregados e servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar
Descrição	Concessão dos benefícios da assistência pré-escolar, ou creche, aos empregados e servidores, pagos diretamente no contracheque, a creche conveniada ou como reembolso-creche, a partir de requerimento, obedecidas as prescrições legais vigentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 9 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, empregados ou servidores públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, empregados ou servidores públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa

	Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Concessão de auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Conceder em caráter indenizatório, em pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores ativos, de acordo Lei nº 9.527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação/refeição, ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 2092 – Funcionamento da Educação Profissional

Tabela 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim – processo de ensino x aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nilva Schroeder – Diretora de Ensino

Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para a sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Diretora de Administração e Planejamento

Ação 2E13 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Tecnológica

Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Manutenção de Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Tecnológica
Descrição	Reforma e modernização das Unidades de ensino do CEFET-SC em Florianópolis, Jaraguá do Sul e São José.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Diretora de Administração e Planejamento

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 14 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada de processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade resp. decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação

Profissional

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da Rede Federal de Educação Profissional
Descrição	Financiamento mediante aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Diretora de Administração e Planejamento

Ação 6358 – Capacitação de Docentes da Educação Profissional

Tabela 16 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Capacitar docentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional, com vista ao fortalecimento das instituições federais de educação profissional e tecnológica em nosso país.
Descrição	Realização de seminários, workshops, cursos de capacitação, visitas técnicas, estágios e intercâmbios, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 6364 – Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional

Tabela 17 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Adquirir veículos para transporte de alunos e servidores, visando facilitar e melhorar o desempenho de atividades que contribuam para o êxito da educação profissional.
Descrição	Transporte de alunos, professores e técnicos para visitas, microestágios, aulas práticas, contextualizadas, cursos de extensão, estudo de campo, desenvolvimento de pesquisas e monitoramento e acompanhamento de estagiários.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local	Rosangela Mauzer Casarotto – Diretora de Administração e Planejamento

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 18 – Da dos gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade resp. decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tabela 19 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade resp. decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Chefe Departamento de Gestão de Pessoas

DESEMPENHO DAS AÇÕES:

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

A ação foi executada de acordo com a legislação vigente, com uma previsão de pagamento de 286 benefícios, sendo executados 302, representando 106 %. A meta financeira era de R\$ 11.576.750,00 e foram realizados R\$ 13.905.569,00, equivalentes a 120%.

PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÃO 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

A meta física era o atendimento de 1235 servidores, tendo sido beneficiados apenas 357. A meta financeira alcançou 21%. A justificativa para tal desempenho, em parte, foi o fato de o pagamento do benefício ter iniciado somente a partir do mês de abril e destinado apenas aos servidores administrativos, não tendo havido autorização para pagamento dos docentes.

AÇÃO 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Foi previsto o atendimento de 115 crianças de 0 a 6 anos com uma despesa de R\$ 111.619,00. O desempenho da ação mostrou resultados positivos além do previsto, com o atendimento de 140 crianças e uma despesa de apenas R\$ 114.692,55, equivalentes a 103 %.

AÇÃO 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Em quantidade absoluta foram beneficiados 153 servidores além do previsto, representando 37% maior que a previsão, contudo, o gasto financeiro foi de apenas 87%.

AÇÃO 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

O desempenho desta ação também foi superior ao previsto, atendendo 216 servidores além da previsão da meta, representando 27% a maior e com um gasto financeiro também superior ao previsto no percentual de 17%.

O total do PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO previa um gasto financeiro de R\$ 2.486.294,00 e a sua execução foi de R\$ 2.134.974,00. A execução menor que a previsão, correspondente a 14% foi ocasionada, em parte, pelo desempenho parcial da ação 2004.

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

AÇÃO 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

A previsão para a ação foi de R\$ 607.038,00 para o pagamento de precatórios, mas o montante das ações devidas totalizaram R\$ 525.342,00, correspondentes a 86,5% da previsão.

PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AÇÃO 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A previsão financeira para os gastos com a previdência dos servidores públicos foi de R\$ 7.804.863,00 e a sua execução ficou 20% acima disso, levando o total de pagamentos para R\$ 9.349.102,00.

AÇÃO 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

A previsão da meta física para esta ação foi de 5.201 alunos matriculados. Os resultados mostraram o total de 6.211 alunos matriculados em 2008, representando 19% acima do previsto e com um gasto financeiro de 14% maior que a estimativa.

AÇÃO 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

Do total financeiro alocado para esta meta, o CEFET-SC atendeu 224 alunos além da estimativa, o que representou 75% acima da previsão.

AÇÃO 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

A execução da ação mostra que o acervo bibliográfico adquirido foi 11% acima da previsão e que a previsão da meta financeira foi executada integralmente.

AÇÃO 6358 - Capacitação de Docentes da Educação Profissional

A ação superou as expectativas, tendo sido capacitado o dobro de docentes com um gasto de apenas 60% da previsão financeira. O fato se explica pela capacitação em grupos e pela estratégia de agentes multiplicadores, atingindo, dessa forma, um número maior de servidores.

AÇÃO 6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional

A ação atingiu a meta física e obteve um ganho na meta financeira, sendo adquirido o veículo com uma economia de 11,5% sobre a estimativa.

AÇÃO 2E13 - Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Tecnológica - Foi prevista a modernização de 03 Unidades de Ensino com um custo de R\$ 950.000,00. Não executado.

O total do PROGRAMA 1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA foi estimado em R\$ 73.202.185,00 e a sua execução totalizou R\$ 66.267.123,00, representando 90% da previsão. Parte dessa diferença se atribui à não execução da ação 2E13 e à economia obtida nas ações 6358 e 6364.

PROGRAMA 1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A ação prevê a capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos. Aqui também a meta física superou bastante a previsão de quantidade de servidores capacitados, sendo que da previsão de 150 servidores foram capacitados 474, representando 316%. Por outro lado, os gastos financeiros representaram somente 78% do valor previsto. Assim como ocorreu com a Ação 6358, a estratégia de atuação foi a capacitação em grupos e a preparação de agentes multiplicadores.

O TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS foi estimado em R\$ 73.253.385,00 e executado R\$ 82.872.670,00.

O total geral de recursos recebidos, incluindo os créditos orçamentários, totalizou R\$ 104.607.532, ou seja, além da previsão orçamentária, o CEFET-SC recebeu um incremento de R\$ 21.837.467 por meio de créditos orçamentários.

A tabela a seguir apresenta as Metas do Orçamento 2008, mostrando o desempenho dos programas e ações comentados acima, bem como os percentuais entre a previsão e a execução das metas físicas e financeiras. Apresenta também o total dos recursos extraorçamentários recebidos por meio de créditos orçamentários.

METAS DO ORÇAMENTO 2008
(Item 2 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU93/2008)

META FÍSICA					META FINANCEIRA		
PROGRAMA/ Ação	Unidade Medida	Quantidade			DESPESA Prevista	DESPESA Realizada	
		Prevista	Realiz.	%	(R\$ 1,00)	(R\$ 1,00)	%
0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS - SERVIDORES CIVIS							
0181 – Pagamento de Aposent. e Pensões - Servidores Civis	Pessoa Beneficiada	286	302	106%	11.576.750	13.905.569	120%
0750 – APOIO ADMINISTRATIVO							
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes	Pessoa Beneficiada	1235	357	29%	622.368	132.721	21%
2010 – Assistência Pré-Escolar aos depend. dos Servidores e Empregados	Criança Beneficiada	115	140	122%	111.619	114.693	103%
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	417	570	137%	550.978	478.395	87%
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	795	1.011	127%	1.201.329	1.409.165	117%
Total					2.486.294	2.134.974	86%
0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							
0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.	Servidor Beneficiado	-	-	-	607.038	525.342	86,5%
1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA							
2E13 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instit. Federais de Educação Profissional	Unidade Moderniz.	3	-	-	950.000	0,00	-
2992 – Funcionamento da Educação Profissional	Aluno Matriculado	5.201	6.211	119%	49.142.040	56.334.804	114%
2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional	Aluno Assistido	300	524	175%	379.800	379.556	100%
6301 – Acervo Bibliográfico para Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	Volume Disponibiliz	1.600	1.769	111%	80.000	79.996	100%
6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	Pessoa Capacitada	200	413	207%	110.000	65.787	60%
6364 - Veículos e Transporte Escolar para Instituições Federais de Educação Profissional	Veículo adquirido (unidade)	1	1	100%	65.400	57.878	88,5%
09HB - Contribuição da União, Autarquias e Fundações p/ custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	Servidor Beneficiado	-	-	-	7.804.863	9.349.102	120%
Total					58.532.103	66.267.123	90%
1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	150	474	316%	51.200	39.662	78%
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS					73.253.385	82.872.670	113%

RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIO – DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS

PROGRAMA/AÇÃO	FINANCEIRA (R\$ 1,00)		
	CRÉD. DISP.	CRÉD. REALIZ.	%
1061 – BRASIL ESCOLARIZADO			
8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e profissionais para a Educação Pública.	653.242	620.82	95,04
Total	653.242	620.824	95,04
1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			
1H10 – Expansão Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica	16.397.884	16.397.884	100
20AW – Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional	143.969	143.969	100
6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	868.554	864.713	99,56
6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	3.022.423	3.021.961	99,98
8252 – Educação Profissional e Tecnológica a Distância – E-TEC Brasil	511.133	511.133	100
Total	20.943.965	20.939.622	
1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO			
2272 - Gestão e Administração do Programa	7.827	5.743	73,37
Total	7.827	5.743	
1073 – UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI			
4413 – Treinamento Especial p/ Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET)	54.481	51.180	93,94
Total	54.481	51.180	93,94
1375 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA			
0487 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País	39.300	39.300	100,00
Total	39.300	39.300	
1377 – EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA			
2C68 - Fomento à Inclusão Social e Étnico-Racial na Educ. Superior	138.652	78.153	56,37
Total	138.652	78.153	56,37
Total dos Créditos Descentralizados	21.837.467	21.734.863	99,53
TOTAL GERAL DOS CRÉDITOS REALIZADOS (ORÇAMENTÁRIO E EXTRAORÇAMENTÁRIO)	95.090.852	104.607.532	110

Fonte: DAP/ COF/ SIAFI 2008

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

INDICADORES DO TCU (ACÓRDÃO 2.267/2005)

INDICADORES	2005	2006	2007	2008
Relação candidato/vaga Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do CEFET-SC	6,30	4,97	4,23	3,97
Relação ingresso/aluno (%) Indica a quantidade de ingressantes, em relação ao total de alunos	55,5	51,29	55,82	60,31
Relação concluintes/aluno (%) Quantifica a taxa de concluintes, em relação ao total de alunos	10,90	13,18	15,13	13,85
(%) Índice de Eficiência Acadêmica– Concluintes Quantifica a Eficiência da instituição (média total e por nível de ensino)	-	25,70	27,11	22,96
Ensino Médio	49,30	49,09	72,19	43,15
Ensino Técnico	32,00	28,48	44,34	23,32
Ensino Tecnológico	34,10	4,65	32,97	11,19
Pós-graduação	-	-	-	-
(%) Índice de Retenção do Fluxo Escolar Identifica o percentual de retenção dos alunos (reprovações + trancamentos)	11,75	15,54	13,52	12,61
Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral Quantifica o número de alunos por docente em tempo integral	10,96	9,94	10,25	12,56
Índice de Titulação do Corpo Docente Quantifica a titulação do corpo docente	2,30	3,05	3,11	3,29
Gasto Corrente por Aluno (R\$/aluno) Indica o total dos gastos da instituição por aluno atendido (exceto investimentos, precatórios, inativos e pensionistas)	6.789,74	11.090,07	9.956,44	10.660,00
% de gasto com Pessoal Indica o total de gastos com pessoal (ativos, inativos, pensionistas, precatórios e sentenças judiciais) em relação aos gastos totais	87,60	89,37	75,53	60,08
% de Gastos com outros Custeios Relaciona os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.	9,30	7,98	7,60	10,11
% Percentual de Gastos com Investimentos Indica o total dos investimentos em relação aos gastos totais	2,10	1,61	2,28	19,46

Resultados dos Indicadores do Ensino e de Desempenho nos Gastos

Da mesma forma que se registrou no exercício anterior, para se analisar os dados relativos ao ensino, é preciso lembrar que os cursos implantados no Plano de Expansão I (2006 e 2007) ainda não atingiram o seu potencial de atendimento, estando as unidades de ensino ainda em implantação e com a estrutura física e de equipamentos em fase de complementação.

Considerando os indicadores estabelecidos pelo TCU (ACÓRDÃO 2.267/2005) e com referência nos dados obtidos para o ano de 2008, é fundamental destacar algumas observações sobre estes.

A instituição passa por um período de grandes transformações, seja na implementação de novas ofertas nos níveis fundamental médio, superior e de pós-graduação, seja nas modalidades presencial e a distância, seja ainda a ampliação dos locais de oferta distribuídos em diversos municípios por todo o estado de Santa Catarina.

A **relação candidato vaga** vem decrescendo ao longo dos anos chegando a (4,23). Isto pode significar o melhor atendimento às demandas da sociedade, com as seguintes causas: a abertura dos novos *campino* interior e baixa procura pelas vagas oferecidas, seja, pelo menor número de habitantes do que num centro maior, seja pelo desconhecimento inicial. Acreditamos não ser significativo comparar estes indicadores ao longo dos anos, uma vez que a instituição não se encontra em regime permanente quanto à sua oferta, ou seja, a mesma está ampliada em outras áreas.

O indicador **relação ingresso/aluno** tem como objetivo a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos demonstrando o quanto a instituição está crescendo em número de alunos. cursos técnicos subsequentes constituem a maioria dos cursos da instituição e possuem duração de três semestres. O aumento de vagas nestes cursos está refletido neste número.

Questões como evasão, permanência e êxito vêm sendo tratadas, com várias ações em andamento contribuindo para melhorar este indicador.

Outro aspecto deste indicador é que mostra o crescimento da instituição em relação ao número total de alunos. Contudo entendemos de que para mostrar a eficiência da instituição seria mais interessante que o indicador comparasse os ingressantes com os egressos apenas.

A **relação concluintes/aluno (%)** a taxa de concluintes, em relação ao total de alunos. Este indicador poderia mostrar a eficiência da instituição se no cálculo, levasse em consideração o número de alunos que entraram naquele curso. Mesmo assim é necessário implementar ações para aumentar o número de formandos por curso ainda que estes números estejam crescendo a cada ano. A abertura de cursos novos também contribui para o resultado baixo, uma vez que estes ainda não formaram turmas.

O **(%) Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes** tem como objetivo quantificar a eficiência da instituição (média total e por nível de ensino)

Especialmente neste indicador a oferta de novos cursos tem peso significativo e isso altera, no nosso entendimento o propósito do mesmo. Este indicador tem significado para a instituição que estiver em regime. Por ex: o Ensino Médio diminuiu a oferta, por isso o aumento do resultado deste indicador. O Ensino Técnico possui cursos mais antigos, onde o número de formandos já atingiu

um bom patamar. No ensino Tecnológico os cursos são mais recentes e com a consolidação destes, a eficiência tende a melhorar.

O **Indicador (%) Índice de Retenção do Fluxo Escolar** tem por objetivo a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos. A Retenção Escolar refere-se à reprovação e trancamento.

Os valores oscilam em torno de uma média. Se comparados à eficiência, indicam evasão. Contudo as políticas e ações de permanência e êxito que estão sendo implementadas devem melhorar os resultados nos próximos períodos.

A **relação alunos/docentes em tempo integral** tem por objetivo o número de alunos por docente em tempo integral. O indicador considera “dedicação integral” dos professores às atividades de sala de aula (vinte e quarenta horas). Seria mais real trabalhar com o conceito de aluno/docente equivalente, considerando as características de cada curso e as demais atividades exercidas pelos docentes, como cargos de direção, coordenação, representação, capacitação, entre outros. Ações estão sendo executadas neste sentido, como a definição de Indicadores de Eficiência dos Cursos.

Este indicador não retrata a realidade, pois não considera outras atividades que o docente pode estar realizando temporariamente por um semestre, ano, etc.

O **Índice de Titulação do Corpo Docente** tem por objetivo o índice de titulação do corpo docente – efetivos e substitutos. O valor máximo seria cinco (100% de doutores). O índice mostra um alto grau de titulação do corpo docente. Isto deve-se às políticas de capacitação como os programas minter e dinter, à motivação pelo plano de carreira implementado e os critérios de contratação dos novos docentes.

Em relação ao desempenho nos gastos, os **gastos correntes/ aluno** apresentaram aumento de R\$ 703,56, representando 7% a maior, comparado com o ano anterior. Parte desse aumento é devido ao custo fixo para a manutenção das Unidades de ensino, especialmente aquelas em implantação, ainda sem estrutura para aumentar a oferta de vagas.

O comportamento dos **gastos com pessoal** vem mostrando diminuição nos últimos anos, apesar das contratações efetivadas para compor o quadro de pessoal das novas unidades, devido ao incremento orçamentário justamente para se concretizar ações voltadas ao plano de expansão da educação profissional.

Quanto aos **gastos com investimentos**, a grande elevação comprova o esforço do Ministério da Educação em cumprir com o programa de governo de investimentos na educação.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

INDICADORES DO TCU (ACÓRDÃO 2.267/2005)

● **Relação Candidato/ Vaga (ano)**..... $\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{14.871}{3.746} = 3,97$

Relação Ingressos/Alunos $\frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{3.746}{6.211} \times 100 = 60,31 \%$

Relação Concluintes/Aluno..... $\frac{\text{Nº de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{860}{6.211} \times 100 = 13,85\%$

Índice Eficiência Acadêmica...(total)..... $\frac{\text{Nº de Concluintes}}{\text{Ingressos}} \times 100 = \frac{860}{3746} \times 100 = 22,96\%$
(Por Modalidade de Ensino)

Ens. Médio = $\frac{126}{292} \times 100 = 43,15\%$

Ens. Técnico = $\frac{668}{2.864} \times 100 = 23,32 \%$

Ens. Tecnológico = $\frac{66}{590} \times 100 = 11,19\%$

Índice de Retenção Escolar.. $\frac{\text{Nº de Reprov.} + \text{nº Matric. Tranc.}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{783}{6211} \times 100 = 12,61\%$

Relação Aluno/Docente Tempo integral

$\frac{\text{Alunos Matriculados (ano)}}{\text{Docentes } 40\text{h} + 40\text{h DE} + 20\text{h}/2} = \frac{6211}{56 + 434 + (9/2)} = 12,56$

Índice de Titulação do corpo docente -
(Graduação (1), Aperfeiçoamento (2), Especialização (3), Mestrado (4), Doutorado (5)).

$$\frac{1(G) + 2(A) + 3(E) + 4(M) + 5(D)}{(G + A + E + M + D)} \times 100 = \frac{1(102) + 2(8) + 3(132) + 4(198) + 5(83)}{(102 + 8 + 132 + 198 + 83)} = \frac{1.721}{523} = 3,29\%$$

Gastos correntes/ aluno = $\frac{\text{Total Gastos Correntes}}{\text{Alunos Matriculados}} = \text{R\$ } \frac{66.209.245,00}{6.211}$

= **R\$ 10.660,00/aluno**

$$\% \text{ Gastos de pessoal} = \frac{\text{Total de Gasto com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100 = \frac{62.847.002,22}{104.607.532,65} \times 100 = 60,08\%$$

$$\% \text{ de gastos de outros custeios} = \frac{\text{Gastos de outros custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 =$$

$$= \frac{10.579.026,00}{104.607.532,65} \times 100 = 10,11\%$$

$$\% \text{ de gastos com investimentos} = \frac{\text{Gastos de Investimentos}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{20.360.164,00}{104.607.532,65} \times 100 =$$

$$= 19,46\%$$

2.2.3 a) Responsáveis pelos cálculos:

Maria Alice Sens Brezinski, Paulo Cesar Siebert e Luciano Wagner Behr

INDICADORES SOCIAIS

Renda per Capita Familiar	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
Até 0,5 Salários mínimos	37	30	42 (0,94)
De 0,5 SM até 1 SM	56	90	113 (2,52)
De 1 SM até 1,5 SM	197	300	354 (7,88)
De 1,5 SM até 2,5 SM	419	767	869 (19,35)
De 2,5 SM até 3 SM	489	827	1062 (23,65)
Acima de 3 Salários mínimos	1308	1.693	2050 45,66
TOTAL	2506	3.707	4490 (100,00)
Amostra em relação a matrícula anual			67,24%

Total de alunos que trabalham	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
	-	2.234	3176
Amostra em relação a matrícula anual			47,56%

Quantidade de alunos por raça, autodeclarada	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
- Branca	-	2.946	4044 (86,10)
- Preta	-	176	183 (3,90)
- Parda	-	410	407 (8,67)
- Amarela	-	45	33 (0,70)
- Indígena	-	30	24 (0,51)
- Não declarado	-	-	6 (0,13)
Total		3.607	4.697(100,00)
Amostra em relação a matrícula anual			70,34%

Quantidade de alunos por sexo:	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
- Masculino		3.076	4461
- Feminino		1.429	2217
Total		4.505	6678

Quantidade de alunos por faixa etária:	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
Até 14 anos		29	19 (0,32%)
De 15 a 17 anos		778	296 (05%)
De 18 a 19 anos		756	941 (16,07%)
De 20 a 24 anos		1.282	1958 (33,43%)
De 25 a 29 anos		678	1085(18,52%)
De 30 a 39 anos		922	991 (16,93%)
De 40 a 49 anos		21	430 (7,34%)
A partir de 50 anos		3	138 (2,35%)
		4.469	5855 (100%)
Amostra em relação a matrícula anual			87,68%

Quantidade de alunos por procedência domiciliar:	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
- Urbana	-	3.278	3200 (91,43)
- Rural	-	329	289 (8,26)
- Não Informado	-	-	11 (0,31)
Total		3.607	3500 (100,00)
Amostra em relação a matrícula anual			52,41%

Quantidade de alunos por procedência escolar:	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
- Escola Pública		2.894	4037 (94,30)
- Escola Particular		712	239 (5,58)
- Não Informado		-	5 (0,12)
Total		3.607	4281 (100,00)
Amostra em relação a matrícula anual			64,11%

Quantidade de alunos portadores de necessidades especiais	Nº alunos matriculados		
	2006	2007	2008 %
Deficiência Auditiva	-	20	5 (31,25)
Deficiência Visual	-	1	5 (31,25)
Deficiência Física		0	2 (12,50)
Deficiência Múltipla	-	0	0 (0,00)
Deficiência Mental	-	0	0 (0,00)
Condutas Típicas		1	0 (0,00)
Superdotados/Altas habilidades	-	0	0 (0,00)
Outras necessidades	-	0	4 (25,00)
Total		22	16 (100,00)
Amostra em relação a matrícula anual			0,24%

Fonte : Questionário sócio-econômico aplicado aos alunos no ato de inscrição para o Exame de Classificação e Vestibular.

Resultados dos Indicadores Sociais:

Com relação à Renda Per Capita Família, 64,27% dos alunos matriculados informaram sua situação, sendo que desse total, cerca de 1% das famílias vive com até 0,5 salário mínimo (SM), 2,5% recebem até 1 SM, 7,8% das famílias recebem até 1,5 SM. Desse universo, cerca de 10% das famílias vivem com até 1,5 SM.

Do total de alunos matriculados, 47,5% trabalham.

Do total de alunos matriculados, 70% prestou informações sobre a sua raça. Desses, 86% são da raça branca, 3,9% raça preta, 8,6% parda.

67% dos alunos matriculados em 2008 são do sexo masculino, contra, evidentemente, 33% do sexo feminino.

Com relação à faixa etária, a amostragem foi de 87,5% e registrou-se diminuição dos alunos de 14 até 17 anos e elevação em todas as outras faixas.

Quanto à procedência domiciliar, apenas 52% dos alunos matriculados prestaram informações e, destes, 91% residem na zona urbana. Em relação à procedência escolar, a amostragem foi de 64% e, destes, 94% vieram de escolas públicas.

Com relação aos alunos portadores de necessidades especiais, a amostra foi muito pequena, apenas 0,24% do total de matrículas, destes, registraram-se 5 alunos com deficiência auditiva, 05 alunos com deficiência visual e 02 alunos com deficiência física.

2.4.1. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	190.594,67	334.771,46	471.933,31
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	154.031,71	276.670,01	426.571,61
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.211.567,22	1.780.792,49	2.244.563,55
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.056.350,62	1.595.994,66	2.161.788,91
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	3.213,00	-	-
3.5. Suprimento de fundos	152.003,60	184.797,83	82.774,64
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			
Saque	135.785,00	106.271,00	14.101,00
Fatura	30.063,33	94.874,52	69.869,24
TOTAIS	1722.041,93	2.593.379,48	3.227.038,71

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	-----	-----	-----	57.286,40
2006	340.695,19	0	61.042,69	336.938,90
2007	689.943,75	0	355.430,49	671.452,16
2008	465.164,89	0	720.145,69	416.471,36

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	-----	-----	-----	12.364.849,14
2006	10.894.106,36	10.686,97	6.854.411,98	16.393.856,55
2007	19.482.244,89	115.503,65	10.861.086,47	24.899.511,32
2008	23.131.874,45	0	9.567.423,22	38.463.962,55

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Tabela x – Cartão de crédito cooperativo série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	30.063,33	-	135.785,00
2007	671	94.874,52	996	106.271,00
2008	74	69.869,24	110	14.101,00

Fonte: COF

Tabela y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: 82.774,64	
Natureza dos gastos permitidos: 3339030 (consumo); 3339039 (serviço).	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador:	Limite:
Sandra Fátima Lorenzi Carrer	3.811,41
Noacir Airton Rodrigues	11.902,66
Luiz Carlos Martins	15.137,84
Daniel Esquivel Filho	904,58
Joaquim Quintino Martins	8.574,19
Silvana Silva Reiter Witkoski	15.231,52
Déborah Rejane Magno Ribas	8.231,18
Raquel Lílian Barbi de Cerqueira	6.318,40
Rosamaria da Silva Beck	8.176,96
Rimenez Tuon	4.485,90

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

12.1 AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA REALIZADAS NO CEFET-SC

A Unidade de Auditoria Interna-UNAI desenvolveu 11 (onze) Relatórios de auditorias ligadas a auditorias administrativas, foram emitidos 4 (quatro) Pareceres referentes a: Controle da Gestão; Suprimento de Bens e Serviços-Processos Licitatórios e Gestão Pessoal.

A execução, “*na sua totalidade*”, do PAINT-2008, ficou prejudicado em função de varias variáveis não dimensionadas pelo planejamento das ações de auditorias no ano de 2007 como, por exemplo, a elevada demanda depreendidas pelos órgãos de controle do Governo Federal. Descrevem-se a seguir, de forma sucinta, as atividades desenvolvida pela UNAI.

AUDITORIAS REALIZADAS - 2008	
SA	2008-01
Áreas	Gestão Orçamentária e Financeira
Data início e conclusão	15/02/2008 a 17/03/2008
Escopo do trabalho	Suprimento de Fundos realizados no ano de 2007
Demanda	Conforme solicitação da CGU-R/SC ofício 3.275/2008/CGU-R/SC-PAINT2008, item 29 do quadro de detalhamento.
Auditores	Sérgio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-2
Áreas	Gestão Orçamentária e Financeira
Data início e conclusão	15/02/2008 a 19/03/2008
Escopo do trabalho	Suprimento de Fundos realizados no ano de 2006
Demanda	Conforme solicitação da CGU-R/SC ofício 3.275/2008/CGU-R/SC
Auditores	Sérgio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2208-3A
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	29/03/2008 a 30/07/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade de Florianópolis
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 12 a 26 do quadro de detalhamento.
Auditores	Sérgio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008 -3B
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	29/03/2008 a 30/07/2008
Escopo do trabalho	1) Gestão patrimonial a) Cessão de espaço físico na UFpolis. b) Controle no pagamento dos aluguéis. 2) Gestão de Pessoas a) servidores participando da UAB b) servidores participando em função de gerência de Instituição privada c) Controles internos.
Demanda	Conforme PAINT 2008. item 05 do quadro de detalhamento O item 02, foi demanda de campo.
Audidores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-4
Áreas	Auditoria Operacional
Data início e conclusão	24/03/2008 a 30/05/2008
Escopo do trabalho	1) Gestão de Pessoas a) Auxílio Funeral; b) Movimentação de Funcionários
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 06 a 10 do quadro de detalhamento.
Audidores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-5
Áreas	Auditoria Operacional
Data início e conclusão	30/07/2008 a 12/09/2008
Escopo do trabalho	1) Gestão de Suprimento de Bens e Serviços a) Processos licitatórios
Demanda	Em atendimento ao memorando nº. 103/DAP
Audidores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-6
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	18/11/2008 a 18/12/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade de Joinville
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 43 a 51 do quadro de detalhamento.
Audidores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-7
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	29/10/2008 a 16/12/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade de Jaraguá do Sul
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens 65 a 74 do quadro de detalhamento
Auditores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-8
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	10/11/2008 a 17/12/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade de Chapecó
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 76 a 85 do quadro de detalhamento.
Auditores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-9
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	01/12/2008 a 16/12/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade de Araranguá
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 54 a 64 do quadro de detalhamento.
Auditores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

SA	2008-10
Áreas	Auditoria de Gestão
Data início e conclusão	10/12/2008 a 23/12/2008
Escopo do trabalho	Auditoria de Gestão na Unidade do Continente
Demanda	Conforme PAINT 2008, itens de 88 a 97 do quadro de detalhamento.
Auditores	Sergio e Nazareno
Situação	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2009

PARECER DE AUDITORIA

PARECER	ÁREAS	SETOR(ES) ENVOLVIDOs	ESCOPO DO TRABALHO	DEMANDA	AUDITORES
001/2008	Gestão Administrativa	Direção Geral e o Sistema CEFETSC	Parecer sobre a Prestação de Contas	TCU/CGU PAINT2008, item 01 do Quadro de detalhamento.	Sérgio/ Nazareno
002/2008	Gestão de Pessoas	Depto de Gestão de Pessoas-DGP	Parecer sobre o fornecimento de auxílio transporte	Direção Geral	Sérgio/ Nazareno
003/2008	Gestão de suprimento de bens e serviços	Setor de Compras	Parecer sobre a contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação	Setor de Compras	Sérgio/ Nazareno
004/2008	Gestão de Pessoas	Depto de Gestão de Pessoas-DGP	Parecer sobre o fornecimento de auxílio moradia	Direção Geral	Sérgio/ Nazareno

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

RELATÓRIO	ESCOPO DO TRABALHO	DEMANDA	PERÍODO	AUDIT.
RAINT 2007	Elaboração de forma sintetizada dos trabalhos desenvolvidos pela UNAI no ano de 2007	TCU/CGU PAINT2008, item 02 do Quadro de detalhamento.	Fevereiro/março	Sérgio Nazareno
PAINT 2009	Elaboração do plano anual de atividades de auditoria interna para o ano de 2009	TCU/CGU PAINT 2008, item 87 do Quadro de detalhamento.	Setembro/outubro	Sérgio Nazareno

CAPACITAÇÃO/TREINAMENTOS

Item do PAINT	CURSO/ TREIN.	PERÍODO PROGRAM.	OBS	QUANT. DE AUDIT.
27	Curso e treinamento	Abril	Não executado	00
28	FONAI /MEC	Maio	Executado	01
52	Cursos e treinamento	Julho	O servidor Nazareno Nesi participou do curso de Orçamento e Finanças no mês de setembro	01
86	FONAI/MEC	Outubro	Executado	01

OBS.:

Das atividades de auditorias programadas apenas o item 4, e os itens 31 a 42 não foram totalmente executados. Os itens 75, 98 e 99 foram destinados a acompanhamento de demandas da CGU/TCU o que ocorreu por parte desta UNAI. Diante de todo exposto, apesar das demandas da CGU e da DAP, relatórios de auditorias n°s 01, 02 e 05 (não estavam programadas no PAINT2008) assim como a saída de um servidor da UNAI, consideramos que o PAINT2008 obteve um percentual de execução satisfatório em torno de 88%.

12.2 - TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No ano de 2008 não obtivemos demanda do Tribunal de Contas.

12.3 - CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO -SC

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitação de diligência e relatórios de auditoria emanados da Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina (CGU/SC), encaminhados ao CEFET-/SC, tiveram seu devido acompanhamento pela Unidade de Auditoria Interna – UNAI, sendo encaminhados internamente às Unidades e suas respectivas unidades organizacionais.

Para o encaminhamento das determinações, informações requeridas e recomendações, a UNAI expediu memorandos às unidades internas do CEFET-SC, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades deste CEFET, além de também disponibilizar os documentos originais solicitados.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

No ano de 2008 obtivemos 4 (quatro) demandas efetuadas pela CGU-R/SC, que descrevemos nos quadros a seguir:

DETALHAMENTO DA SA Nº 208505/CGU-R/SC

Constatação	1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (021) Pagamento de despesas por meio do Cartão de Pagamento, as quais deveriam ter se submetido ao processo normal de execução da despesa pública, denotando o não-atendimento ao item 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria/CGU nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001 - Não autorizar gastos por suprimento de fundos e não aprovar prestações de contas cujas despesas deveriam realizar-se pelas vias normais de execução, tais como licitações ou dispensas, mediante prévio empenho. RECOMENDAÇÃO: 002 - Orientar os seus supridos no sentido de não realizarem despesas que possam subordinar-se às vias normais de execução, sob pena de ressarcimento ao Erário. RECOMENDAÇÃO: 003 - Conforme proposto pela própria Unidade, reduzir em, ao mínimo, 50% (cinquenta por cento) o gasto realizado em 2008 por meio de suprimento de fundos.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento - COF
Providência	Providência 001: A Unidade de Auditoria Interna-UNAI, promoveu auditorias, por solicitação da CGU-R/SC, através do ofício nº. 3.275/CGUR/SC, em todos os processos de suprimento de fundos ocorridos no ano de 2006 e 2007, gerando os Relatórios de Auditoria nº 001/2008, referente ao ano de 2007 e nº. 002/2008, referente ao ano de 2006. Providência 002: A Diretoria de Administração e Planejamento-DAP conjuntamente com a Unidade de Auditoria Interna-UNAI promoveram capacitação sobre “ Suprimento de Fundos ” realizado em 28/04/2008, na Unidade de São de José, direcionado aos supridos pertencentes a todas as Unidades do CEFET-SC. Participaram do curso 17 (dezesete) servidores da Instituição. O curso teve como objetivo orientar os supridos quanto à utilização dos recursos, prestação de contas e controle das despesas, bem como informar a meta de redução de 50% em relação aos gastos de 2007, estipulada pela Direção Geral. Providência 003: A Diretoria de Administração e Planejamento - DAP está orientando todas as Unidades pertencentes ao sistema CEFET-SC que elaborem um planejamento mais eficiente no que tange a aquisição de materiais e serviços, possibilitando com isso, uma diminuição dos recursos utilizados via suprimento de fundos e que em casos emergenciais e despesa de pequeno vulto será autorizada a despesa via suprimento de fundos. Providência 004: A Diretoria de Gestão de Conhecimento, através de sua Coordenação de Processos e Normas e Departamento de Tecnologia da Informação está organizando estudos com intuito de implantar no CEFET-SC um controle informatizado de concessão e prestação de contas do suprimento de fundos.
Situação	Regularizada

Constatação	1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (022) Realização de saques via CPGF sem a devida justificativa, denotando o não-atendimento ao item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria/CGU TP/2006 nº 189685
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiterando recomendação anterior desta CGU (Relatório 189685, subitem 2.1.1.1.), justificar a ocorrência de saque de numerário diante da impossibilidade de realização de despesas pela rede conveniada do CPGF.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento - COF
Providência	Idem item anterior.
Situação	Regularizada

Constatação	1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (024) Falhas referentes à formalização inadequada de atestos, ausência de demonstrativos mensais e de discriminação de serviços realizados nos processos de prestação de contas de suprimentos de fundos.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001 - Aprimorar os seus sistemas de revisão e controle das prestações de contas dos suprimentos de fundos. RECOMENDAÇÃO: 002 - Fazer constar, nas respectivas prestações de contas, documentos fiscais hábeis comprobatórios da despesa realizada, emitidos em favor do CEFET/SC e devidamente atestados. RECOMENDAÇÃO: 003 - Juntar às respectivas prestações de contas "Demonstrativos mensais" da movimentação financeira realizada, em atendimento à Macro-Função nº 02.11.21, subitem 11.4.10.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento - COF
Providência	Providência: A Unidade de Auditoria Interna orientou a Coordenação de Orçamento e Finanças a juntarem nas prestações de contas os Demonstrativos mensais da movimentação financeira.
Situação	Regularizada

Constatação	1. CONSTATAÇÃO:(025) Fracionamento da despesa através de suprimento de fundos para fins de adequação ao limite de saque.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Abster-se de fracionar despesas realizadas por suprimento de fundos em diversas notas fiscais para adequar-se aos limites de gasto e/ou de saque estabelecidos.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento - COF
Providência	Idem item 1.2
Situação	Regularizada

Constatação	1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (026) Não-atualização de laudos de avaliação, ausência de apuração de responsabilidade administrativa pela condução inadequada do processo de locação e não recolhimento aos cofres público, no montante de R\$ 66.452,16 em razão de valores locatícios abaixo dos preços de Mercado, denotando o não-atendimento à recomendação do item 3.2.1.1 do Relatório de Auditoria/CGU nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Ressalvando-se que a justificativa da Unidade encontra-se em apreciação do TCU, reiteramos as recomendações já formuladas e constantes do nosso Relatório nº 189685, subitem 3.2.1.1, no sentido de o CEFET/SC: 1) Providenciar a atualização dos laudos de avaliação e efetuar a revisão contratual a luz dos novos laudos imobiliários. 2) Apurar a responsabilidade administrativa pela condução inadequada do

	processo de locação e quantificar o exato prejuízo material ocasionado, a fim de se obter o devido ressarcimento ao Erário.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Aguardando o pronunciamento do TCU
Situação	Aguardando o pronunciamento do TCU

Constatação	1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (027) Ausência de adoção de procedimentos para aperfeiçoamento do sistema de controle patrimonial, denotando o não-atendimento aos itens 3.1.1.1, 3.1.2.1 e 3.1.2.3 do Relatório de Auditoria/CGU PC/2006 nº 189685.
Recomendação	<p>RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos ao CEFET/SC aperfeiçoar sua sistemática de controle patrimonial, especialmente no sentido de unificar os seus sistemas informatizados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002- Reiteramos ao CEFET/SC implementar uma rotina de fluxo de informações e documentos entre os setores de patrimônio e a contabilidade, capaz de assegurar a confiabilidade dos dados apresentados nos respectivos demonstrativos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003- Reiteramos ao CEFET/SC efetuar inventário de seus bens almejando a identificação única de todo o seu acervo patrimonial.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004- Ultimado o seu inventário, dar baixa nos bens não localizados somente após a devida apuração das divergências constatadas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005- Reiteramos ao CEFET/SC providenciar a colocação/recolocação das plaquetas de identificação nos bens que se encontram sem estas, bem como retirar as numerações antigas que estão em desuso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 006- Reiteramos ao CEFET/SC inserir a descrição completa dos bens no sistema patrimonial, a fim de possibilitar a identificação de cada item.</p>
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento Diretor da Unidade Florianópolis Setor de Patrimônio da Unidade Florianópolis
Providência	Conforme descrito na justificativa
Situação	Em processo de regularização

Constatação	CONSTATAÇÃO:(010) Atendimento parcial à recomendação da CGU-R/SC quanto à retificação no percentual de Adicional de Tempo de Serviço.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Efetuar o levantamento dos valores pagos a maior e a menor a título de ATS para os servidores Mat. nº 277885 e 277903, e providenciar as devoluções ou efetuar o pagamento das diferenças calculadas conforme cada caso.
Setor Responsável	DGP, Coordenação de Pagamentos
Providência	O Departamento de Gestão de Pessoas através de sua Coordenação de Pagamentos está efetuando estudos quanto ao acerto financeiro e ao concluí-lo efetuará a regularização do mesmo.
Situação	Em processo de regularização

Constatação	1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (002) Ausência de apuração das responsabilidades administrativas de servidores por exercício de atividades de gestão em Cooperativa de Crédito, denotando reincidência no não-atendimento à recomendação da CGU.
Recomendação	<p>RECOMENDAÇÃO: 001- Atuar junto à Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MPMOG, no sentido de agilizar a resposta da solicitação dos esclarecimentos aos quais alude o Ofício nº 586/2007/DG-CEFET-SC, de 28/08/07, para as providências então decorrentes.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 -Posteriormente à manifestação técnica da Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MPMOG e caso essa manifestação seja pela proibição do exercício concomitante de atividade privada em direção de cooperativa com cargo público, encaminhar o Processo Administrativo Disciplinar nº 23145.000097/2004-43 ao Ministério da Educação (autoridade superior ao CEFET), para que seja reaberto o procedimento disciplinar.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 -Complementar e encaminhar ao TCU as informações requeridas no item "a" do Ofício nº 2.210/2007-TCU/SECEX-SC..</p>
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Estamos reiterando a consulta a SRH/MPOG
Situação	Aguardando o pronunciamento da SRH/MPOG.

Constatação	1.1.6.1 CONSTATAÇÃO: (030) Ausência de registros dos contratos nos sistemas SIASG/SIAFI, denotando o não-atendimento aos itens 5.4.1.1 e 5.4.1.21 do Relatório de Auditoria/CGU PC/2006 nº 189685.
Recomendação	<p>RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos que a Unidade registre, no SIASG e no SIAFI, todos os contratos firmados e mantidos pelo CEFET/SC, bem como sua movimentação.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002- Atualizar, nos respectivos sistemas informatizados, os saldos dos contratos vigentes e em execução, com vistas a, doravante, poder acompanhar a execução dos mesmos.</p>
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento Coordenação de Compras Setor de Contratos
Providência	Esclarecemos que os servidores das Coordenações envolvidas foram capacitados e na época da Auditoria os contratos estavam iniciando o lançamento no Sistema SIASG e até o final de 2008 estarão todos de acordo com o solicitado.
Situação	Regularizado

Constatação	2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (050) Emissão de Empenhos tendo como favorecido o próprio CEFET SC, denotando o não-atendimento ao item 5.1.1.3 do Relatório nº 189685
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Tendo em vista a inexistência de embasamento legal para a operação efetuada, recomenda-se à Unidade cancelar os restos a pagar processados registrados indevidamente em 2007, no valor total de R\$ 15.309.518,80, referentes aos valores ainda não utilizados em nenhum processo de aquisição. Ressalte-se por fim que a inscrição de Restos a Pagar Processados sem o preenchimento dos requisitos normativos

	necessários pode ensejar uma possível conclusão pela irregularidade da gestão, tendo em vista a eventual prática de ato de gestão com infração a norma regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, nos termos da alínea "b" do Inciso III do Art. 16 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento - COF
Providência	Estamos aguardando pronunciamento do TCU
Situação	Estamos aguardando pronunciamento do TCU

Constatação	3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (014) Não-realização de exclusão de Rubrica e não-emissão de novo ato de aposentadoria, reincidindo em descumprimento de determinações contidas no Acórdão TCU nº 2.210/2004.
Recomendação	<p>RECOMENDAÇÃO: 001- Emitir novo ato concessório com a finalidade de sanar a ilegalidade existente, fazendo constar, de forma correta, a incorporação do reajuste concedido judicialmente. Para não ferir o princípio da irredutibilidade de remuneração, os valores decorrentes de decisão judicial trabalhista devem ser considerados para fins de enquadramento no regime jurídico único, por meio da elevação de padrões, se necessário for para preservar os valores percebidos pela ex-empregada e atual servidora. Na hipótese de existir nos autos da ação trabalhista (RT 739/90) indicativo de que os efeitos da sentença judicial alcançam a nova situação funcional da servidora, que passou a ser regida pela Lei n.º 8.112/90, a vantagem obtida judicialmente deve ser incorporada sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002- Para evitar duplicidade de ações referente à situação da servidora matrícula nº 277790, buscar informações junto à SRH/MP para esclarecer se a ação judicial da qual ela é beneficiária foi alcançada ou é objeto das determinações constantes do Acórdão 2.161/2005 – Plenário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003- Se a ação trabalhista da qual a servidora matrícula nº 277790 é beneficiária não estiver contemplada nas determinações do Acórdão 2.161/2005-Plenário, promover o levantamento das quantias indevidamente pagas posteriormente à publicação do Acórdão nº 2.210/2004 - TCU - 2ª Câmara, a fim de adotar os procedimentos administrativos com vistas ao ressarcimento daquelas importâncias ao erário.</p>
Setor Responsável	DGP
Providência	O Departamento de Gestão de Pessoas está analisando o assunto para tomadas de providências
Situação	Em processo de análise

Constatação	3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (015) Não-comprovação das revisões de processos, denotando reincidência no não-atendimento a determinações do TCU contidas nos Acórdãos nº 2.497/2004 e nº 1.884/2006 - TCU 2ª Câmara.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos as determinações constantes do item 1.14 do Acórdão TCU 2.497/2004 - Segunda Câmara: Revisar os cálculos das vantagens de que tratavam os incisos I e II do art. 192 da Lei nº 8.112/90, nos 5 últimos exercícios, atentando para os casos semelhantes ao do servidor Mat. 0277897 a que se refere o Acórdão nº 1.884/2006 - TCU 2ª Câmara relativos aos seguintes servidores: Matrículas: 0277797,

	<p>0278131, 0278303, 0278060, 0277677, 0278088, 0277678, 0278090, 0278117, 0277699, 0277702, 0277722, 0277752, 0277762, 0277577, 0277785, 0277790, 0277819, 0277826, 0277840, 0277846, 0277897, 0278094, 0277967, 0277985, 0277988, 0278021, 0277890, 0277896, 0277885, 0277900, 0277903, 0277922, 0277939, 0277942, 0278032, 0278034, 0278044, 0278147, 0277740, 0277943, 0278278 e 0277823.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002- Relativamente à revisão acima recomendada, elaborar relatório detalhado por servidor, indicando a data da publicação da portaria, o cargo, o tempo de serviço total computado, qual o posicionamento do servidor na carreira (Classe/Padrão), vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90 a qual o servidor fez jus quando concedida a respectiva aposentadoria, bem como indicar as inconsistências ou diferenças relativas ao pagamento indevido da referida vantagem, discriminadas mês a mês e, se for o caso, efetuar o acerto financeiro necessário.</p>
Setor Responsável	DGP
Providência	O Departamento de Gestão de Pessoas efetuará, até o final do ano, uma nova revisão nos processos de aposentadorias e nas vantagens recebidas pelos servidores da Instituição.
Situação	Em processo de revisão

Constatação	4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (031) Improriedades na formalização de processos licitatórios quanto à utilização de check list, à aquisição de itens com valores acima do estabelecido em termo de referência no montante de R\$ 41.330,26, à ausência de publicação de extratos de contratos no DOU e à existência de orçamentos com menos de três propostas, denotando o não atendimento ao item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 189685/CGU (TC/2006).
Recomendação	<p>RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório nº 189685 (PC/2006): - Promover processos e revisão documental que garantam a correta formalização dos processos licitatórios, garantindo que todos os documentos contenham as devidas assinaturas, bem como que sejam anexados todos os documentos integrantes da licitação, aplicando, por exemplo, os modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006; - Publicar todos os Contratos firmados pela Unidade no Diário Oficial da União; - Observar a IN n.º 09/94 na definição dos veículos a serem adquiridos, abstendo-se de exigir opcionais que não estão relacionados com a segurança dos passageiros (opcionais que são permitidos, segundo a Instrução Normativa); - Adjudicar e homologar processos licitatórios apenas quando os preços cotados pelas empresas fornecedoras estiverem de acordo com os preços levantados na pesquisa de preços efetuada pela Unidade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002- Formalizar os Editais de licitação com a assinatura do Ordenador de Despesas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.</p>
Setor Responsável	Coordenação de Compras
Providência	Nos processos licitatórios estavam sendo utilizados "chek-lists" de acordo com o modelo do CEFET-SC (conforme modelo apresentado no anexo ao memorando 132/2008), mas não formalizados por processo. A partir do apontamento apresentado, estamos revendo os procedimentos e realizando os processos licitatórios com os "chek-list". Também, a partir da Auditoria não estamos mais adquirindo nenhum item com o valor acima do estimado e todos os contratos publicados no DOU.

Situação	Regularizado
-----------------	--------------

Constatação	4.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033) Improriedades quanto à ausência de check list, parecer jurídico, publicação no DOU e certidão de regularidade fiscal na formalização dos processos de Inexigibilidade de Licitação, denotando o não- atendimento à recomendação do item 5.1.1.4 do Relatório nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a recomendação efetuada no Relatório nº 189685: Rever as rotinas utilizadas nos processos de inexigibilidade, atentando para composição do processo exigida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Para tanto, utilizar-se do roteiro elaborado pela CGU e já entregue à Unidade por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006. RECOMENDAÇÃO: 002- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.
Setor Responsavel	Coordenação de Compras
Providência	Alguns processos de inexigibilidades apresentaram problemas, mas estamos reavaliando os procedimentos e adotando as providencias necessárias para não incorrer em impropriedades.
Situação	Regularizado

Constatação	4.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (035) Utilização indevida de modalidade de aquisição em Processos Licitatórios formalizados em 2007 e ausência de revisão documental para a formalização dos Processos de Dispensa, denotando o não- atendimento ao item nº 5.2.2.2 do Relatório nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Cumprir a legislação vigente (Lei n.º 8.666/93) no que se refere à aquisição de bens, de acordo com a modalidade cabível para cada item, respeitando assim aos princípios da legalidade e da economicidade, evitando ainda uma possível ocorrência de crime, conforme previsto no Artigo nº 89 da Lei nº 8.666/93; - Promover processos de revisão documental que garantam a correta normalização dos processos de dispensa de licitação, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes da dispensa, como a declaração da existência de recursos e os documentos referentes à pesquisa de preços realizada, utilizando-se dos modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006. RECOMENDAÇÃO: 002- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.
Setor Responsavel	A partir de agosto/2008 a Direção da DAP está efetuando o controle das dispensa de licitação e foi estabelecido um novo fluxo. Estamos implementando o uso do “chech-list” e para a formalização dos processos.
Providência	Coordenação de Compras
Situação	Regularizado

Constatação	4.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (036) Ocorrência de fracionamento de despesas realizadas no exercício de 2007, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.2.3 do Relatório nº
--------------------	---

	189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Realizar o devido processo licitatório para as aquisições por dispensa de licitação que não atendam aos requisitos exigidos na Lei 8.666/1993, obrigatoriamente na modalidade pregão, preferencialmente no modo eletrônico, conforme decreto 5.504, de 5 de agosto de 2005; - Planejar as aquisições de forma anual de forma a enquadrar as despesas a ser realizadas durante o ano na devida modalidade de licitação, evitando a ocorrência do fracionamento de despesas (aquisições de produtos/serviços semelhantes em períodos distintos utilizando a Dispensa de Licitação, sendo ultrapassado o limite anual de R\$ 8.000,00)
Setor Responsável	Departamento de Administração e Planejamento - COF Coordenação de Compras
Providência	As Unidades de Ensino estão sendo orientadas para o planejamento das aquisições para serem realizadas através de licitação.
Situação	Regularizado

Constatação	4.1.1.7 CONSTATAÇÃO: (041) Realização de orçamentos de obras sem base no SINAPI, denotando o não- atendimento à determinação do TCU contida no Acórdão nº 2.168/2007, Segunda Câmara, de 21/08/2007.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as seguintes determinações do TCU: - Considerar, para efeito dos certames licitatórios, o preço referencial calculado com base em tabelas referenciadas do Sinapi - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - da Caixa Econômica Federal; 1- Evitar a indicação de marcas, ou apresentar justificativa técnica, quando for essencialmente necessária a utilização de determinado produto. RECOMENDAÇÃO: 002- Inserir na Cláusula Segunda de cada contrato assinado o texto aprovado pela Procuradoria Jurídica. RECOMENDAÇÃO: 003- Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos de Tomada de Preços, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes do processo, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006. RECOMENDAÇÃO: 004- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada determinação do TCU, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento COENGE
Providência	A Coordenação de Engenharia já está utilizando a tabela do SINAPI e observando a não indicação de marcas nos itens do Edital. Os "chek-list" estão sendo providenciados
Situação	Regularizado

Constatação	4.1.1.8 CONSTATAÇÃO:(042) Formalização indevida de processos de licitação para aquisição de gêneros alimentícios, ocasionando aquisição por meio de processos de Dispensa de Licitação.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Nos processos licitatórios de aquisição de alimentos, realizar licitação por itens, garantindo que empresas que não possuam todos os itens

	<p>quando licitados em conjunto possam participar.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002- Especificar os produtos a serem adquiridos de forma objetiva, garantindo que as quantidades recebidas sejam as efetivamente licitadas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003- Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes destes, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004- Adjudicar e homologar processos licitatórios apenas quando os preços cotados pelas empresas fornecedoras estiverem de acordo com os preços levantados na pesquisa de preços efetuada pela Unidade.</p>
Setor Responsável	Coordenação de Compras
Providência	Informamos que no Sistema Comprasnet e SIASG os itens são lançados separadamente e somente agrupados os similares (Exemplo: tipos de carne, tipos de frios, enlatados, etc), em condições de serem fornecidos pelo mesmo licitante, justamente para garantir o fornecimento dos itens, porque as quantidades de cada item são pequenas e evitando, desta forma, que um fornecedor não entregue ou não participe da licitação pelo custo do transporte. Após a Auditoria estamos avaliando a aceitação por item e de acordo com o preço estimado.
Situação	Regularizado

Constatação	4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (043) Aquisição de equipamento mediante dispensa de licitação por valor superior ao preço de referência licitado anteriormente, com prejuízo potencial de R\$ 137.860,00.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Caso esta compra não seja suspensa, conforme já recomendado durante os trabalhos de auditoria por esta CGU, apurar responsabilidade, civil e administrativa, pela aquisição realizada com valor superior aos preços de mercado, conforme constatado por esta CGU.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Aguardando o pronunciamento do TCU
Situação	Aguardando o pronunciamento do TCU

Constatação	4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (039) Ausência de formalização de Termos Aditivos, denotando o não- atendimento ao item nº 5.2.4.1 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a recomendação efetuada no Relatório nº 189685: - Na solicitação de prorrogações contratuais por parte das empresas fornecedoras, no caso de concordância da Unidade, formalizar o devido termo aditivo ao contrato.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento / Coordenação de Compras

Providência	Os termos aditivos não foram efetuados nos contratos de garantia de material permanente, porque a garantia só inicia a partir do prazo de entrega.
Situação	Regularizado

Constatação	4.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (040) Não-formalização de Processo de Dispensa de Licitação e não renovação tempestiva de contratos na Unidade, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.5.1, do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório nº 189685: - Quando houver contratação por meio de Dispensa de Licitação, formalizar o devido processo, submetendo-o à Procuradoria Geral Federal para emissão do parecer jurídico; - Aprimorar os processos de planejamento visando garantir que contratos que estejam em fase final de execução (no caso de serviços continuados), sejam devidamente renovados, quando legalmente permitido, ou substituídos por contratos originados de novos procedimentos licitatórios, evitando que serviços de natureza continuada sejam prestados com base em contratos emergenciais motivados pela falta de planejamento e controle sobre a execução dos contratos na Unidade ou que sejam prestados sem base contratual
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento / Coordenação de Compras
Providência	Os processos de dispensa de licitação estão sendo formalizados de acordo com as orientações recebidas e com a formalização do Setor de Contratos os prazos para a renovação contratual estão sendo observados com antecedência. Os contratos 233/2007, 234/2007 e 235/2007 foram substituídos pelos contratos 006/2008, 008/2008 e 009/2008, firmados com a empresa Liderança Limpeza e Serviço resultantes do Pregão 01/2008.
Situação	Regularizado

Constatação	4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (038) Não-devolução de valores pagos a maior em relação ao Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2006, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.2.5 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos de dispensa de licitação, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes da dispensa, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006; - Realizar cotação de preços nas Dispensas de Licitação a serem realizadas, garantindo o mínimo de três cotações para cada aquisição; - Em relação à Dispensa de Licitação n.º 02/2006, solicitar a devolução dos valores pagos a maior tendo em vista a diferença entre as planilhas de custos apresentadas pela empresa e o valor cobrado.
Setor Responsável	Diretoria de Administração e Planejamento Coordenação de Compras
Providência	Aguardando o pronunciamento do TCU.
Situação	Aguardando o pronunciamento do TCU.
Constatação	4.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (051) Não-ressarcimento de valores pagos indevidamente no montante de R\$ 6.620,25 em razão de serviços não prestados, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.5.2 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Ressarcir os valores pagos indevidamente, no total de R\$ 6.620,25, uma vez que os serviços não foram prestados; - Apurar as responsabilidades administrativas dos servidores que deram causa ao dano ao Erário.

Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento Coordenação de Compras
Providência	A defesa feita pelo CEFETSC foi aceita pelo TCU
Situação	A defesa feita pelo CEFETSC foi aceita pelo TCU

Constatação	4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (052) Pagamentos de serviços de monitoramento eletrônico sem a instalação de todos os serviços previstos na licitação.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Licitar serviços de monitoramento eletrônico de forma separada dos serviços de vigilância. RECOMENDAÇÃO: 002- Calcular os valores pagos a maior, com base na especificação dos custos dos serviços de monitoramento eletrônico, e promover o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.
Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento / Coordenação de Compras
Providência	Estamos apurando os fatos para tomada de providência
Situação	Estamos analisando as recomendações

Constatação	4.3.1.1 CONSTATAÇÃO:(045) Atendimento parcial ao item nº 5.3.1.1 do Relatório nº 189685, não havendo submissão dos Convênios a prévio Parecer da Assessoria Jurídica.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação do Relatório nº 189685: - Submeter os termos de Convênios a ser firmados pelo CEFET à Procuradoria Jurídica.
Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Estamos atendendo a recomendação da CGU/SC, todos os termos de convênio, mesmo os que não envolvem recursos financeiros, estão passando pela análise da Procuradoria Federal.
Situação	Regularizado

Constatação	4.3.1.2 CONSTATAÇÃO: (046) Atendimento parcial ao item nº 5.3.1.2 do Relatório/CGU nº189685 (PC/2006), referente à formalização de Convênios pela Unidade sem a existência de Parecer Prévio da Assessoria Jurídica.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação efetuada no Relatório nº 189685: Submeter os Convênios a ser formalizados pelo CEFET SC à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.
Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Conforme item anterior
Situação	Regularizado
Constatação	4.3.1.3 CONSTATAÇÃO: (049) Comprovação de atendimento parcial ao item nº 5.3.1.3 do Relatório nº 189685, sendo que o CEFET SC continua certificando cursos não ministrados por professores da própria Instituição.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação do Relatório nº 189685: Abster-se de celebrar convênios em que o CEFET tenha como obrigação a certificação de cursos que não foram oferecidos pela própria Unidade, em função da inexistência de amparo legal para tal ato.

Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	A Direção Geral do CEFET-SC orientou a todos os Diretores das Unidades de Ensino que compõe o Sistema CEFET-SC a não promoverem convênios cuja certificação seja dada pelo CEFET-SC e os cursos sejam fornecidos por terceiros
Situação	Regularizado

Constatação	4.3.2.1 CONSTATAÇÃO: (047) Atendimento parcial ao item nº 5.3.2.1 do Relatório nº 189685, não havendo ressarcimento de despesas não elegíveis em Convênio
Recomendação	ECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação efetuada no Relatório nº 189685: - Efetuar despesas com recursos do Convênio apenas nos elementos e grupos de despesas especificados no Plano de Trabalho. RECOMENDAÇÃO: 002- Ressarcir as despesas que foram efetuadas sem previsão no Plano de Trabalho, no total de R\$ 1.845,56, corrigidos monetariamente.
Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Aguardando pronunciamento do TCU
Situação	Aguardando pronunciamento do TCU

Constatação	4.3.2.2 CONSTATAÇÃO: (048) Não-identificação do número do Convênio em Notas Fiscais, denotando o não-atendimento ao item nº 5.3.2.2 do Relatório nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos a recomendação efetuada no sentido de registrar a identificação do Convênio nas notas fiscais de produtos adquiridos com recursos deste.
Setor Responsavel	Diretoria de Administração e Planejamento
Providência	Estamos apurando o fato para tomada de providências
Situação	Regularizado

Constatação	5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (019) Não cumprimento, por parte da Unidade de Auditoria Interna, de atividades previstas no RAINIT 2007, denotando o não-atendimento ao item 6.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 189685.
Recomendação	RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos ao CEFET/SC utilizar ferramentas adequadas para elaboração do próximo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, tendo como base a avaliação das metas alcançadas no exercício de 2006. RECOMENDAÇÃO: 002- Reiteramos ao CEFET/SC buscar um planejamento

	estratégico que foque determinadas áreas de auditoria, delimitando o escopo a ser atingido, buscando não ser tão amplo e levando-se em conta a quantidade de força de trabalho disponível. RECOMENDAÇÃO: 003- Reiteramos ao CEFET/SC estabelecer um cronograma de execução para cada atividade prevista, elegendo responsáveis por cada projeto.
Setor Responsável	UNAI
Providência	Remodelamento do PAINT, conforme orientação da CGU-R/SC.
Situação	Regularizado

A CGU-R/SC efetuou as seguintes auditorias que ainda encontram-se em fase de análise, portanto, não foram concluídas:

AUDITORIAS EM ABERTO:

Nº DA SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA E/OU ORDEM DE SERVIÇO	DATA DE INÍCIO	SITUAÇÃO
217287	26/09/2008	Foi solicitado a UNAI/CEFET-SC, pela CGU-R/SC (SA217287/02), a continuidade dos trabalhos bem como a sua finalização e elaboração do relatório final.
209440	02/10/2008	Pendente de finalização por parte da CGU-R/SC
220769	19/12/2008	Pendente de finalização por parte da CGU-R/SC

12.4. PLANO DE PROVIDÊNCIAS



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA**

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas:

**Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC
Relatório nº:208505**

1. Itens do Relatório de Auditoria:

1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (021) Pagamento de despesas por meio do Cartão de Pagamento, as quais deveriam ter se submetido ao processo normal de execução da despesa pública, denotando o não-atendimento ao item 2.1.1.2 do Relatório de Auditoria/CGU nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Não autorizar gastos por suprimento de fundos e não aprovar prestações de contas cujas despesas deveriam realizar-se pelas vias normais de execução, tais como licitações ou dispensas, mediante prévio empenho.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Orientar os seus supridos no sentido de não realizarem despesas que possam subordinar-se às vias normais de execução, sob pena de ressarcimento ao Erário.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Conforme proposto pela própria Unidade, reduzir em, ao mínimo, 50% (cinquenta por cento) o gasto realizado em 2008 por meio de suprimento de fundos.

1.1 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa : Reiteramos a resposta dada à equipe de auditores da CGU-R/SC.

"O Ministério da Educação está promovendo, em todo país, a expansão da educação profissional e tecnológica. O CEFET-SC foi contemplado no Plano de expansão I com a construção das novas Unidades de Joinville, Chapecó e Continente para o plano de expansão II estaremos construindo mais 7 novas Unidades sendo elas: Itajaí; Canoinhas; Araranguá; Gaspar; Criciúma; Videiras e Lages.

A implantação dessas novas Unidades promoveu, no aspecto administrativo, um incremento orçamentário e financeiro que veio a se confirmar somente no mês de julho. Para garantir o funcionamento, principalmente no tocante as questões essenciais das mesmas, tivemos que disponibilizar recursos financeiros via suprimento de fundos.

Para o ano de 2008, estamos reduzindo o numero de supridos e elegemos como meta a redução de no mínimo 50% dos valores gastos no ano de 2007 com suprimento de fundos.

Em 2007, realizamos um pregão único para aquisição de material de consumo das diversas unidades. Porém, para melhorar ainda mais o processo, uma vez que a implantação das diversas unidades, contempladas no plano de expansão I e II, ocorrem em tempos diferenciados, implantamos em 2008 o Sistema de Registro de Preço- SRG, fato que agilizará as aquisições, reduzindo a necessidade do uso do suprimento de fundo.

O ano de 2007 foi um ano bastante atípico para o CEFETSC, tanto no que se refere a criação de novas Unidades quanto ao montante disponibilizado pelo Governo Federal através de orçamento, principalmente através de emendas parlamentares. Isso se deu em função da política estabelecida pelo governo para a educação profissional e tecnológica.

O aporte orçamentário para as novas unidades só foi disponibilizado no segundo semestre do ano de 2007, fazendo com que os trabalhos do setor de compras do sistema CEFET-SC se desdobra-se em inúmeros processos licitatórios demandadas pelas unidades em implantação e pela já constituídas.

Os gastos realizados, com suprimento de fundos, nas Unidades do plano de expansão I, tiveram como fatores que justificam os gastos a distância e a necessidade de funcionamento de uma nova unidade, fazendo com que utilizássemos o suprimento de fundos para realização de despesas de pequeno valor. Isso se justifica o elevado montante gasto nas Unidades Novas."

1.2 Providências a serem Implementadas:

Providência 001 : A Unidade de Auditoria Interna-UNAI, promoveu auditorias, por solicitação da CGU-R/SC, através do ofício nº. 3.275/CGUR/SC, em todos os processos de suprimento de fundos ocorridos no ano de 2006 e 2007, gerando os Relatórios de Auditoria nº 001/2008, referente ao ano de 2007 e nº. 002/2008, referente ao ano de 2006.

Providência 002: A Diretoria de Administração e Planejamento-DAP conjuntamente com a Unidade de Auditoria Interna-UNAI promoveram capacitação sobre “**Suprimento de Fundos**” realizado em 28/04/2008, na Unidade de São de José, direcionado aos supridos pertencentes a todas as Unidades do CEFET-SC. Participaram do curso 17 (dezessete) servidores da Instituição.

O curso teve como objetivo orientar os supridos quanto à utilização dos recursos, prestação de contas e controle das despesas, bem como informar a meta de redução de 50% em relação aos gastos de 2007, estipulada pela Direção Geral.

Providência 003: A Diretoria de Administração e Planejamento - DAP está orientando todas as Unidades pertencentes ao sistema CEFET-SC que elaborem um planejamento mais eficiente no que tange a aquisição de materiais e serviços, possibilitando com isso, uma diminuição dos recursos utilizados via suprimento de fundos e que em casos emergenciais e despesa de pequeno vulto será autorizada a despesa via suprimento de fundos.

Providência 004 : A Diretoria de Gestão de Conhecimento, através de sua Coordenação de Processos e Normas e Departamento de Tecnologia da Informação está organizando estudos com intuito de implantar no CEFET-SC um controle informatizado de concessão e prestação de contas do suprimento de fundos.

1.3 Prazo limite de implementação da etapa 1: 19/03/2008

Prazo limite de implementação da etapa 2: 28/04/2008

Prazo limite de implementação da etapa 3: 31/12/2008

Prazo limite de implementação da etapa 4: 31/12/2011

1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (022) Realização de saques via CPGF sem a devida justificativa, denotando o não-atendimento ao item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria/CGU TP/2006 nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Reiterando recomendação anterior desta CGU (Relatório 189685, subitem 2.1.1.1.), justificar a ocorrência de saque de numerário diante da impossibilidade de realização de despesas pela rede conveniada do CPGF.

1.4 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Idem item anterior

1.5 Providências a serem Implementadas: Idem item anterior.

1.6 Prazo limite de implementação da etapa : Idem item anterior

1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (024) Falhas referentes à formalização inadequada de atestos, ausência de demonstrativos mensais e de discriminação de serviços realizados nos processos de prestação de contas de suprimentos de fundos.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Aprimorar os seus sistemas de revisão e controle das prestações de contas dos suprimentos de fundos.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Fazer constar, nas respectivas prestações de contas, documentos fiscais hábeis comprobatórios da despesa realizada, emitidos em favor do CEFET/SC e devidamente atestados.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Juntar às respectivas prestações de contas "Demonstrativos mensais" da movimentação financeira realizada, em atendimento à Macro-Função nº 02.11.21, subitem 11.4.10.

1.7 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Idem item anterior

1.8 Providências a serem Implementadas

Providência: A Unidade de Auditoria Interna orientou a Coordenação de Orçamento e Finanças a juntarem nas prestações de contas os Demonstrativos mensais da movimentação financeira.

1.9 Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediata

1.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (025) Fracionamento da despesa através de suprimento de fundos para fins de adequação ao limite de saque.

RECOMENDAÇÃO: 001- Abster-se de fracionar despesas realizadas por suprimento de fundos em diversas notas fiscais para adequar-se aos limites de gasto e/ou de saque estabelecidos.

1.10 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.11 Providências a serem Implementadas: Idem item 1.2

1.12 Prazo limite de implementação da etapa : Idem item 1.3

1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (026) Não-atualização de laudos de avaliação, ausência de apuração de responsabilidade administrativa pela condução inadequada do processo de locação e não recolhimento aos cofres público, no montante de R\$ 66.452,16 em razão de valores locatícios abaixo dos preços de Mercado, denotando o não-atendimento à recomendação do item 3.2.1.1 do Relatório de Auditoria/CGU nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Ressalvando-se que a justificativa da Unidade encontra-se em apreciação do TCU, reiteramos as recomendações já formuladas e constantes do nosso Relatório nº 189685, subitem 3.2.1.1, no sentido de o CEFET/SC: 1) Providenciar a atualização dos laudos de avaliação e efetuar a revisão contratual a luz dos novos laudos imobiliários. 2) Apurar a responsabilidade administrativa pela condução inadequada do processo de locação e quantificar o exato prejuízo material ocasionado, a fim de se obter o devido ressarcimento ao Erário.

1.13 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Reiteramos a justificativa dada à equipe de auditores da CGU-R/SC, estamos aguardando o pronunciamento do Tribunal de Contas.

1.14 Providências a serem Implementadas; Aguardando o pronunciamento do TCU

1.15 Prazo limite de implementação da etapa 1: Aguardando pronunciamento do TCU

1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (027) Ausência de adoção de procedimentos para aperfeiçoamento do sistema de controle patrimonial, denotando o não-atendimento aos itens 3.1.1.1, 3.1.2.1 e 3.1.2.3 do Relatório de Auditoria/CGU PC/2006 nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos ao CEFET/SC aperfeiçoar sua sistemática de controle patrimonial, especialmente no sentido de unificar os seus sistemas informatizados.

RECOMENDAÇÃO: 002- Reiteramos ao CEFET/SC implementar uma rotina de fluxo de informações e documentos entre os setores de patrimônio e a contabilidade, capaz de assegurar a confiabilidade dos dados apresentados nos respectivos demonstrativos.

RECOMENDAÇÃO: 003- Reiteramos ao CEFET/SC efetuar inventário de seus bens almejando a identificação única de todo o seu acervo patrimonial.

RECOMENDAÇÃO: 004- Ultimado o seu inventário, dar baixa nos bens não localizados somente após a devida apuração das divergências constatadas.

RECOMENDAÇÃO: 005- Reiteramos ao CEFET/SC providenciar a colocação/recolocação das plaquetas de identificação nos bens que se encontram sem estas, bem como retirar as numerações antigas que estão em desuso.

RECOMENDAÇÃO: 006- Reiteramos ao CEFET/SC inserir a descrição completa dos bens no sistema patrimonial, a fim de possibilitar a identificação de cada item.

1.16 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Conforme relatada pela própria CGU, no anexo I do relatório nº. 208505-Demonstrativo das Constatações, item 1.1.3.2, Análise do Controle Interno: “A manifestação da Unidade não afasta o presente apontamento, na medida em que, reconhecendo as falhas relatadas, limita-se a informar a adoção de providências a serem implementadas no futuro. Para tanto, o Gestor apresentou um Plano de Ações para Regularizar o Patrimônio, datado de 13.05.2008, no qual estão previstas ações para ocorrerem entre maio de 2008 a julho de 2009. Dessa forma, é de se manter o presente relato, reiterando as recomendações já formuladas anteriormente.”

Além do “Plano de ações para regularizar o patrimônio”, a Direção Geral do CEFET-SC, tendo consciência que a questão de controle patrimonial é algo que deva ser melhorado, principalmente no que se refere a sistema informatizado, está buscando junto a SETEC/MEC um novo sistema chamado SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SIEP que é adoção, pela SETEC/MEC, de uma ferramenta informatizada a ser adotada nas instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para que possa subsidiar os processos de planejamento estratégico e operacional, que é composto de vários módulos, como por exemplo, Processos Administrativos- ADM que envolve: protocolo, compras, almoxarifado, patrimônio e recursos humanos.

É um projeto piloto e o CEFETSC recentemente se cadastrou na SETEC/MEC para compor o grupo de instituições que irá utilizar de forma experimental o novo sistema. A fase de capacitação de nossos servidores ocorreu em XX/XX/2008.

Encaminhamos, em anexo I, cópia do plano de ações para regularizar o patrimônio e o ofício nº 2970/2008/DDRFEP/CGPG/SETEC/MEC.

1.17 Providências a serem Implementadas: conforme descrita na justificativa

1.18 Prazo limite de implementação da etapa 1: 31/07/2009

Prazo limite de implementação da etapa 2: 30/12/2008

1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (010) Atendimento parcial à recomendação da CGU-R/SC quanto à retificação no percentual de Adicional de Tempo de Serviço.

RECOMENDAÇÃO: 001- Efetuar o levantamento dos valores pagos a maior e a menor a título de ATS para os servidores Mat. nº 277885 e 277903, e providenciar as devoluções ou efetuar o pagamento das diferenças calculadas conforme cada caso.

1.19 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.20 Providências a serem Implementadas: O Departamento de Gestão de Pessoas através de sua Coordenação de Pagamentos está efetuando estudos quanto ao acerto financeiro e ao concluí-lo efetuará a regularização do mesmo.

1.21 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (002) Ausência de apuração das responsabilidades administrativas de servidores por exercício de atividades de gestão em Cooperativa de Crédito, denotando reincidência no não-atendimento à recomendação da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 001- Atuar junto à Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MPMOG, no sentido de agilizar a resposta da solicitação dos esclarecimentos aos quais alude o Ofício nº 586/2007/DG-CEFET-SC, de 28/08/07, para as providências então decorrentes.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Posteriormente à manifestação técnica da Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MPMOG e caso essa manifestação seja pela proibição do exercício concomitante de atividade privada em direção de cooperativa com cargo público, encaminhar o Processo Administrativo Disciplinar nº 23145.000097/2004-43 ao Ministério da Educação (autoridade superior ao CEFET), para que seja reaberto o procedimento disciplinar.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Complementar e encaminhar ao TCU as informações requeridas no item "a" do Ofício nº 2.210/2007-TCU/SECEX-SC.

1.22 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.23 Providências a serem Implementadas: Estamos reiterando a consulta a SRH/MPOG.

1.24 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

1.1.6.1 CONSTATAÇÃO: (030) Ausência de registros dos contratos nos sistemas SIASG/SIAFI, denotando o não-atendimento aos itens 5.4.1.1 e 5.4.1.21 do Relatório de Auditoria/CGU PC/2006 nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos que a Unidade registre, no SIASG e no SIAFI, todos os contratos firmados e mantidos pelo CEFET/SC, bem como sua movimentação.

RECOMENDAÇÃO: 002- Atualizar, nos respectivos sistemas informatizados, os saldos dos contratos vigentes e em execução, com vistas a, doravante, poder acompanhar a execução dos mesmos.

1.25 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.26 Providências a serem Implementadas: Esclarecemos que os servidores das Coordenações envolvidas foram capacitados e na época da Auditoria os contratos estavam iniciando o lançamento no Sistema SIASG e até o final de 2008 estarão todos de acordo com o solicitado.

1.27 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (050) Emissão de Empenhos tendo como favorecido o próprio CEFET SC, denotando o não-atendimento ao item 5.1.1.3 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Tendo em vista a inexistência de embasamento legal para a operação efetuada, recomenda-se à Unidade cancelar os restos a pagar processados registrados indevidamente em 2007, no valor total de R\$ 15.309.518,80, referentes aos valores ainda não utilizados em nenhum processo de aquisição. Ressalte-se por fim que a inscrição de Restos a Pagar Processados sem o preenchimento dos requisitos normativos necessários pode ensejar uma possível conclusão pela irregularidade da gestão, tendo em vista a eventual prática de ato de gestão com infração a norma regulamentar de natureza contábil, financeira e orçamentária, nos termos da alínea "b" do Inciso III do Art. 16 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.28 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Reiteramos a resposta dada à equipe de auditores da CGU/SC, e afirmamos mais uma vez que o CEFETSC apenas seguiu orientações do Departamento de Políticas e Articulações Institucional, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, conforme ofício-circular nº. 079 de 23/12/2005 e nº. 143 de 17/12/2007, qual seja, que a “opção preferencial, em termos de orientação desta Secretaria, é pela realização de empenho vinculado à própria Unidade Gestora, assegurando-se a existência de dotação orçamentária no primeiro trimestre de 2008”. Esses documentos foram disponibilizados para a equipe de auditores da CGU-SC.

1.29 Providências a serem Implementadas: Estamos aguardando pronunciamento do TCU.

1.30 Prazo limite de implementação: Aguardando pronunciamento do TCU.

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (014) Não-realização de exclusão de Rubrica e não-emissão de novo ato de aposentadoria, reincidindo em descumprimento de determinações contidas no Acórdão TCU nº 2.210/2004.

RECOMENDAÇÃO: 001- Emitir novo ato concessório com a finalidade de sanar a ilegalidade existente, fazendo constar, de forma correta, a incorporação do reajuste concedido judicialmente. Para não ferir o princípio da irredutibilidade de remuneração, os valores decorrentes de decisão judicial trabalhista devem ser considerados para fins de enquadramento no regime jurídico único, por meio da elevação de padrões, se necessário for para preservar os valores percebidos pela ex-empregada e atual servidora. Na hipótese de existir nos autos da ação trabalhista (RT 739/90) indicativo de que os efeitos da sentença judicial alcançam a nova situação funcional da servidora, que passou a ser regida pela Lei n.º 8.112/90, a vantagem obtida judicialmente deve ser incorporada sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada.

RECOMENDAÇÃO: 002- Para evitar duplicidade de ações referente à situação da servidora matrícula nº 277790, buscar informações junto à SRH/MP para esclarecer se a ação judicial da qual ela é beneficiária foi alcançada ou é objeto das determinações constantes do Acórdão 2.161/2005 – Plenário.

RECOMENDAÇÃO: 003- Se a ação trabalhista da qual a servidora matrícula nº 277790 é beneficiária não estiver contemplada nas determinações do Acórdão 2.161/2005-Plenário, promover o levantamento das quantias indevidamente pagas posteriormente à publicação do Acórdão nº 2.210/2004 - TCU - 2ª Câmara, a fim de adotar os procedimentos administrativos com vistas ao ressarcimento daquelas importâncias ao erário.

1.31 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.32 Providências a serem Implementadas: O Departamento de Gestão de Pessoas está analisando o assunto para tomadas de providências.

1.33 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (015) Não-comprovação das revisões de processos, denotando reincidência no não-atendimento a determinações do TCU contidas nos Acórdãos nº 2.497/2004 e nº 1.884/2006 - TCU 2ª Câmara.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos as determinações constantes do item 1.14 do Acórdão TCU 2.497/2004 - Segunda Câmara: Revisar os cálculos das vantagens de que tratavam os incisos I e II do art. 192 da Lei nº 8.112/90, nos 5 últimos exercícios, atentando para os casos semelhantes ao do servidor Mat. 0277897 a que se refere o Acórdão nº 1.884/2006 - TCU 2ª Câmara relativos aos seguintes servidores: Matrículas: 0277797, 0278131, 0278303, 0278060, 0277677, 0278088, 0277678, 0278090, 0278117, 0277699, 0277702, 0277722, 0277752, 0277762, 0277577, 0277785, 0277790, 0277819, 0277826, 0277840, 0277846, 0277897, 0278094, 0277967, 0277985, 0277988, 0278021, 0277890, 0277896, 0277885, 0277900, 0277903, 0277922, 0277939, 0277942, 0278032, 0278034, 0278044, 0278147, 0277740, 0277943, 0278278 e 0277823.

RECOMENDAÇÃO: 002- Relativamente à revisão acima recomendada, elaborar relatório detalhado por servidor, indicando a data da publicação da portaria, o cargo, o tempo de serviço total computado, qual o posicionamento do servidor na carreira (Classe/Padrão), vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90 a qual o servidor fez jus quando concedida a respectiva aposentadoria, bem como indicar as inconsistências ou diferenças relativas ao pagamento indevido da referida vantagem, discriminadas mês a mês e, se for o caso, efetuar o acerto financeiro necessário.

1.34 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Reiteramos a resposta dada à equipe de auditores da CGU-R/SC que assim segue:

"A DGP implementou uma revisão em todos os processos de aposentadoria, em 2006. Assim sendo, atendemos a recomendação. Tendo em vista nova observação, realizaremos em 2007 nova revisão dos processos."

"Quanto à listagem dos servidores com direito a receber os valores pagos a menor, estamos providenciando a confirmação dos mesmos para posterior lançamento no Módulo de Exercício Anterior."

Conforme informado a equipe da CGU, o DGP atendeu às recomendações da seguinte forma: Matrículas 277790 e 277943, alteramos como solicitado; Matrículas nº 278094 e 277752, servidores entraram com ação judicial; Matrícula nº 278032, anexamos cópia do pedido de reexame encaminhado ao Tribunal de Contas da União."

1.35 Providências a serem Implementadas: O Departamento de Gestão de Pessoas efetuará, até o final do ano, fará nova revisão nos processos de aposentadorias e nas vantagens recebidas pelos servidores da Instituição.

1.36 Prazo limite de implementação: 31/12/2008.

4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (031) Improriedades na formalização de processos licitatórios quanto à utilização de check list, à aquisição de itens com valores acima do estabelecido em termo de referência no montante de R\$ 41.330,26, à ausência de publicação de extratos de contratos no DOU e à existência de orçamentos com menos de três propostas, denotando o não atendimento ao item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 189685/CGU (TC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório nº 189685 (PC/2006): - Promover processos e revisão documental que garantam a correta formalização dos processos licitatórios, garantindo que todos os documentos contenham as devidas assinaturas, bem como que sejam anexados todos os documentos integrantes da licitação, aplicando, por exemplo, os modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006; - Publicar todos os Contratos firmados pela Unidade no Diário Oficial da União; - Observar a IN n.º 09/94 na definição dos veículos a serem adquiridos, abstendo-se de exigir opcionais que não estão relacionados com a segurança dos passageiros (opcionais que são permitidos, segundo a Instrução Normativa); - Adjudicar e homologar processos licitatórios apenas quando os preços cotados pelas empresas fornecedoras estiverem de acordo com os preços levantados na pesquisa de preços efetuada pela Unidade.

RECOMENDAÇÃO 002- Formalizar os Editais de licitação com a assinatura do Ordenador de Despesas.

RECOMENDAÇÃO: 003- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.

1.37 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.38 Providências a serem Implementadas: Nos processos licitatórios estavam sendo utilizados “chek-lists” de acordo com o modelo do CEFET-SC (conforme modelo apresentado no anexo ao memorando 132/2008), mas não formalizados por processo. A partir do apontamento apresentado, estamos revendo os procedimentos e realizando os processos licitatórios com os “chek-list”. Também, a partir da Auditoria não estamos mais adquirindo nenhum item com o valor acima do estimado e todos os contratos publicados no DOU.

1. Prazo limite de implementação:já implantado

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033) Impropropriedades quanto à ausência de check list, parecer jurídico, publicação no DOU e certidão de regularidade fiscal na formalização dos processos de Inexigibilidade de Licitação, denotando o não- atendimento à recomendação do item 5.1.1.4 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a recomendação efetuada no Relatório nº 189685: Rever as rotinas utilizadas nos processos de inexigibilidade, atentando para composição do processo exigida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Para tanto, utilizar-se do roteiro elaborado pela CGU e já entregue à Unidade por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.

RECOMENDAÇÃO: 002- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.

1.40 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.41 Providências a serem Implementadas: Alguns processos de inexigibilidades apresentaram problemas, mas estamos reavaliando os procedimentos e adotando as providencias necessárias para não incorrer em impropriedades.

1.42 Prazo limite de implementação: já implantado

4.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (035) Utilização indevida de modalidade de aquisição em Processos Licitatórios formalizados em 2007 e ausência de revisão documental para a formalização dos Processos de Dispensa, denotando o não- atendimento ao item nº 5.2.2.2 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Cumprir a legislação vigente (Lei n.º 8.666/93) no que se refere à aquisição de bens, de acordo com a modalidade cabível para cada item, respeitando assim aos princípios da legalidade e da economicidade, evitando ainda uma possível ocorrência de crime, conforme previsto no Artigo nº 89 da Lei nº 8.666/93; - Promover processos de revisão documental que garantam a correta normalização dos processos de dispensa de licitação, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes da dispensa, como a declaração da existência de recursos e os documentos referentes à pesquisa de preços realizada, utilizando- se dos modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.

RECOMENDAÇÃO: 002- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.

1.43 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.44 Providências a serem Implementadas: A partir de agosto/2008 a Direção da DAP está efetuando o controle das dispensa de licitação e foi estabelecido um novo fluxo. Estamos implementando o uso do “chec-list” e para a formalização dos processos.

1.45 Prazo limite de implementação: já implantado

4.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (036) Ocorrência de fracionamento de despesas realizadas no exercício de 2007, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.2.3 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Realizar o devido processo licitatório para as aquisições por dispensa de licitação que não atendam aos requisitos exigidos na Lei 8.666/1993, obrigatoriamente na modalidade pregão, preferencialmente no modo eletrônico, conforme decreto 5.504, de 5 de agosto de 2005; - Planejar as aquisições de forma anual de forma a enquadrar as despesas a ser realizadas durante o ano na devida modalidade de licitação, evitando a ocorrência do fracionamento de despesas (aquisições de produtos/serviços semelhantes em períodos distintos utilizando a Dispensa de Licitação, sendo ultrapassado o limite anual de R\$ 8.000,00).

1.46 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.47 Providências a serem Implementadas: As Unidades de Ensino estão sendo orientadas para o planejamento das aquisições para serem realizadas através de licitação.

1.48 Prazo limite de implementação: já implantado

4.2.1.6 CONSTATAÇÃO: (037) Improriedade quanto ausência de check list, dispensas com menos de três propostas e aquisições com valores acima dos constantes nos Termos de Referência das licitações na formalização de processos de Dispensa de Licitação, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.2.4 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório nº 189685: - Formalizar adequadamente seu processo de dispensa e inexigibilidade, promovendo revisão documental que garanta a correta formalização dos processos de dispensa de licitação, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes da dispensa, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006; - Quando da dispensa de licitação, apresentar no mínimo três propostas válidas, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1584/2005 - Segunda Câmara.

RECOMENDAÇÃO: 002- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada recomendação dos Órgãos de Controle, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.

1.49 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.50 Providências a serem Implementadas: As Unidades de Ensino estão sendo orientadas para o planejamento das aquisições e para serem realizadas através de licitação. Quando houver a necessidade de dispensa de licitação já está implantado novo fluxo de controle do processo e dos documentos necessários.

1.51 Prazo limite de implementação: já implantado

4.1.1.7 CONSTATAÇÃO: (041) Realização de orçamentos de obras sem base no SINAPI, denotando o não- atendimento à determinação do TCU contida no Acórdão nº 2.168/2007, Segunda Câmara, de 21/08/2007.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as seguintes determinações do TCU: - Considerar, para efeito dos certames licitatórios, o preço referencial calculado com base em tabelas referenciadas do Sinapi - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - da Caixa Econômica Federal; 1- Evitar a indicação de marcas, ou apresentar justificativa técnica, quando for essencialmente necessária a utilização de determinado produto.

RECOMENDAÇÃO: 002- Inserir na Cláusula Segunda de cada contrato assinado o texto aprovado pela Procuradoria Jurídica.

RECOMENDAÇÃO: 003- Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos de Tomada de Preços, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes do processo, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.

RECOMENDAÇÃO: 004- Implementar mecanismos de monitoramento e controle interno visando priorizar e garantir a efetiva implementação de cada determinação do TCU, a fim de preservar a legalidade e a regularidade dos atos e fatos de gestão do CEFET/SC.

1.52 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.53 Providências a serem Implementadas: A Coordenação de Engenharia já está utilizando a tabela do SINAPI e observando a não indicação de marcas nos itens do Edital. Os “chek-list” estão sendo providenciados.

1.54 Prazo limite de implementação: já implantado

4.1.1.8 CONSTATAÇÃO: (042) Formalização indevida de processos de licitação para aquisição de gêneros alimentícios, ocasionando aquisição por meio de processos de Dispensa de Licitação.

RECOMENDAÇÃO: 001- Nos processos licitatórios de aquisição de alimentos, realizar licitação por itens, garantindo que empresas que não possuam todos os itens quando licitados em conjunto possam participar.

RECOMENDAÇÃO: 002- Especificar os produtos a serem adquiridos de forma objetiva, garantindo que as quantidades recebidas sejam as efetivamente licitadas.

RECOMENDAÇÃO: 003- Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes destes, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.

RECOMENDAÇÃO: 004- Adjudicar e homologar processos licitatórios apenas quando os preços cotados pelas empresas fornecedoras estiverem de acordo com os preços levantados na pesquisa de preços efetuada pela Unidade.

1.55 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.56 Providências a serem Implementadas: Informamos que no Sistema Comprasnet e SIASG os itens são lançados separadamente e somente agrupados os similares (Exemplo: tipos de carne, tipos de frios, enlatados, etc), em condições de serem fornecidos pelo mesmo licitante, justamente para garantir o fornecimento dos itens, porque as quantidades de cada item são pequenas e evitando, desta forma, que um fornecedor não entregue ou não participe da licitação pelo custo do transporte. Após a Auditoria estamos avaliando a aceitação por item e de acordo com o preço estimado.

1.57 Prazo limite de implementação: já implantado

4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (043) Aquisição de equipamento mediante dispensa de licitação por valor superior ao preço de referência licitado anteriormente, com prejuízo potencial de R\$ 137.860,00.

RECOMENDAÇÃO: 001- Caso esta compra não seja suspensa, conforme já recomendado durante os trabalhos de auditoria por esta CGU, apurar responsabilidade, civil e administrativa, pela aquisição realizada com valor superior aos preços de mercado, conforme constatado por esta CGU.

1.58 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa : Reiteramos a resposta dada a equipe de auditores que assim segue:

"Processo nº 23145.000588/2007-37 - Dispensa 588/2007 - Aquisição do Tear para a Unidade de Araranguá, fundamentada no art 24, V da Lei 8.666/93. Sobre os apontamentos citados nesta dispensa seguem:

- Solicitamos orçamentos para 07 empresas (uma empresa buscou pessoalmente - Zilma Kreich), inclusive para as que apresentaram orçamentos para a formação do preço de referência no Pregão, comprovado nas páginas de número 11 a 17 do processo. Somente 3 empresas apresentaram orçamentos. As justificativas para a aquisição do item foram apresentadas no ofício 223/DG/CEFET-SC;

- Como a aquisição não pode ser efetuada através do pregão porque o preço estava acima do estimado, aquele preço de referência não poderia ter sido utilizado como referência para o novo processo, como informamos anteriormente, mas não havia tempo hábil para nova pesquisa, tendo

em vista a data limite para os empenhos. Buscamos mais empresas para adquirirmos o material, por dispensa de licitação, mantendo todos os requisitos de habilitação da licitação original, conforme determina a Lei 8.666/93, artigo 24, inciso V. Para cumprir a determinação da Lei não foi possível contratar com empresas com irregularidade fiscal, inclusive elas não apresentaram propostas de preços. Mas foram consultadas.

- A Unidade manteve todas as exigências para a contratação da empresa COFIPEL na dispensa de licitação, inclusive a consulta ao SICAF, conforme consta na folha número 22 do processo. Apresentamos cópia desta página e cópia do SICAF consultado na sessão do pregão 88/2007, em que a citada empresa participou;

- O fax encaminhado para a empresa Tesxteiros, que é representante da Mayer do Brasil, não se manifestou para apresentar propostas e Avanço informou que não poderia encaminhar proposta por estar com problemas junto à Receita Federal;

- A afirmação apresentada pelo Sr Auditor que poderíamos adquirir o equipamento com outro representante do território nacional não é possível. Salientamos que Mayer e Avanço ao cadastrarem seus representantes delimitam a região que cada um pode atuar, não sendo aceito o pedido de representante de outra região;

- Esclarecemos que a previsão para o início das atividades administrativas estavam planejadas para o mês de fevereiro e março. Porém ocorreu um atraso na entrega de um dos blocos, previsto para o alojamento dos laboratórios, acarretando sérios problemas para as aulas práticas. A empresa solicitou a prorrogação para a entrega do material e para garantir a sua instalação e transporte para o local adequado o CEFET-SC aceitou o pedido.

- Reafirmamos que efetuamos todas as tentativas para a aquisição do equipamento por preço inferior ao adquirido, mas pela determinação legal a pesquisa de mercado efetuada inicialmente não refletia a realidade do mercado, inclusive o preço apresentado pelo Auditor, porque as duas empresas pesquisadas continuavam com irregularidade fiscal, conforme documentações apresentadas no memorando da Coordenação de Compras encaminhado durante a realização da auditoria".

1.59 Providências a serem Implementadas: Aguardando o pronunciamento do TCU.

1.60 Prazo limite de implementação: Aguardando o pronunciamento do TCU.

4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (039) Ausência de formalização de Termos Aditivos, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.4.1 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a recomendação efetuada no Relatório nº 189685: - Na solicitação de prorrogações contratuais por parte das empresas fornecedoras, no caso de concordância da Unidade, formalizar o devido termo aditivo ao contrato.

1.61 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.62 Providências a serem Implementadas: Os termos aditivos não foram efetuados nos contratos de garantia de material permanente, porque a garantia só inicia a partir do prazo de entrega.

1.63 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

4.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (040) Não-formalização de Processo de Dispensa de Licitação e não renovação tempestiva de contratos na Unidade, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.5.1, do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório nº 189685: - Quando houver contratação por meio de Dispensa de Licitação, formalizar o devido processo, submetendo-o à Procuradoria Geral Federal para emissão do parecer jurídico; - Aprimorar os processos de planejamento visando garantir que contratos que estejam em fase final de execução (no caso de serviços continuados), sejam devidamente renovados, quando legalmente permitido, ou substituídos por contratos originados de novos procedimentos licitatórios, evitando que serviços de natureza continuada sejam prestados com base em contratos emergenciais motivados pela falta de planejamento e controle sobre a execução dos contratos na Unidade ou que sejam prestados sem base contratual.

1.64 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.65 Providências a serem Implementadas: Os processos de dispensa de licitação estão sendo formalizados de acordo com as orientações recebidas e com a formalização do Setor de Contratos os prazos para a renovação contratual estão sendo observados com antecedência. Os contratos 233/2007, 234/2007 e 235/2007 foram substituídos pelos contratos 006/2008, 008/2008 e 009/2008, firmados com a empresa Liderança Limpeza e Serviço resultantes do Pregão 01/2008.

1.66 Prazo limite de implementação: já implantados.

4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (038) Não-devolução de valores pagos a maior em relação ao Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2006, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.2.5 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Promover processos de revisão documental que garantam a correta formalização dos processos de dispensa de licitação, garantindo que sejam anexados todos os documentos integrantes da dispensa, conforme modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006; - Realizar cotação de preços nas Dispensas de Licitação a serem realizadas, garantindo o mínimo de três cotações para cada aquisição; - Em relação à Dispensa de Licitação n.º 02/2006, solicitar a devolução dos valores pagos a maior tendo em vista a diferença entre as planilhas de custos apresentadas pela empresa e o valor cobrado.

1.67 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa: Reiteramos a resposta dada na SA 189685/FINAL da CGU-R/SC que assim segue: "Dispensa de licitação nº 02/2006 - emergencial limpeza:

- A convenção coletiva de trabalho e a comprovação da disponibilidade orçamentária utilizadas foram as mesmas do Pregão 33/2005.

- O critério para avaliar as propostas foi o de menor preço e o cálculo efetuado pela metragem quadrada de acordo com a IN 18/97, a exigência da quantidade mínima de serventes e se o piso salarial e adicional de insalubridade eram os mesmos do acordo coletivo.

- a contratação emergencial de serviço de limpeza foi ocasionada pelo mandato de segurança impedindo a contratação da empresa que apresentou a melhor proposta. Diante deste fato, para agilizarmos a contratação do serviço essencial para a Instituição utilizamos todas as exigências do Pregão 33/2005 e o mesmo termo de contrato por terem sido analisados e aprovados pela Procuradoria Geral da República.

- A comprovação da regularidade fiscal da empresa contratada consta nas páginas 38 a 49 (fax enviado com a proposta de preços) e páginas 171 a 177 (originais encaminhados para a assinatura do contrato).

Dispensa de licitação nº 50/2006 - continuidade do emergencial de limpeza

- não foi formalizada em separado da dispensa nº 02/2006 por terem o mesmo objeto e esta dispensa ser ocasionada pela impossibilidade da continuidade do contrato com a empresa WR, vencedora do processo emergencial, conforme folhas 208 e 219 da dispensa 02/2006.

- Por não haver tempo hábil para um novo processo, uma vez que o semestre letivo estava em andamento e o serviço de limpeza ser primordial para o funcionamento de instituições de ensino, contratamos com a empresa classificada em segundo lugar no processo de dispensa nº02 e utilizamos todas as exigências do Pregão 33/2005 que já possuía parecer jurídico e disponibilidade orçamentária.

- A pesquisa de mercado utilizada foi a mesma para a dispensa nº02/2006. Esclarecemos que o contato firmado com a empresa Liderança aconteceu no dia 08/05, a nova licitação estava agendada para o dia 12/05, e por um período tão curto as outras empresas não mostraram interesse em executar o serviço".

1.68 Providências a serem Implementadas: Aguardando o pronunciamento do TCU.

1.69 Prazo limite de implementação: Aguardando o pronunciamento do TCU.

4.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (051) Não-ressarcimento de valores pagos indevidamente no montante de R\$ 6.620,25 em razão de serviços não prestados, denotando o não-atendimento ao item nº 5.2.5.2 do Relatório/CGU nº 189685 (PC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteram-se as recomendações efetuadas por meio do Relatório nº 189685: - Ressarcir os valores pagos indevidamente, no total de R\$ 6.620,25, uma vez que os serviços não foram prestados; - Apurar as responsabilidades administrativas dos servidores que deram causa ao dano ao Erário.

1.70 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa : O TCU, através do acórdão nº. 2690/2008, item 2.4.3 aceitou as justificativas apresentadas pelo CEFET-SC, transcritas a seguir: “Assim, somos pelo acolhimento das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis”.

1.71 Providências a serem Implementadas: conforme pronunciamento do TCU anexo II.

1.72 Prazo limite de implementação : A defesa feita pelo CEFETSC foi aceita pelo TCU.

4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (052) Pagamentos de serviços de monitoramento eletrônico sem a instalação de todos os serviços previstos na licitação.

RECOMENDAÇÃO: 001- Licitar serviços de monitoramento eletrônico de forma separada dos serviços de vigilância.

RECOMENDAÇÃO: 002- Calcular os valores pagos a maior, com base na especificação dos custos dos serviços de monitoramento eletrônico, e promover o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

1.73 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.74 Providências a serem Implementadas: Estamos apurando os fatos para tomada de providência.

1.75 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

4.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (045) Atendimento parcial ao item nº 5.3.1.1 do Relatório nº 189685, não havendo submissão dos Convênios a prévio Parecer da Assessoria Jurídica.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação do Relatório nº 189685: - Submeter os termos de Convênios a ser firmados pelo CEFET à Procuradoria Jurídica.

1.76 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.77 Providências a serem Implementadas: Estamos atendendo a recomendação da CGU/SC, todos os termos de convênio, mesmo os que não envolvem recursos financeiros, estão passando pela análise da Procuradoria Federal.

1.78 Prazo limite de implementação: já implantado.

4.3.1.2 CONSTATAÇÃO: (046) Atendimento parcial ao item nº 5.3.1.2 do Relatório/CGU nº189685 (PC/2006), referente à formalização de Convênios pela Unidade sem a existência de Parecer Prévio da Assessoria Jurídica.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação efetuada no Relatório nº 189685: Submeter os Convênios a ser formalizados pelo CEFET SC à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

1.79 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.80 Providências a serem Implementadas: Conforme item anterior

1.81 Prazo limite de implementação: 31/12/2008.

4.3.1.3 CONSTATAÇÃO: (049) Comprovação de atendimento parcial ao item nº 5.3.1.3 do Relatório nº 189685, sendo que o CEFET SC continua certificando cursos não ministrados por professores da própria Instituição.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação do Relatório nº 189685: Abster-se de celebrar convênios em que o CEFET tenha como obrigação a certificação de cursos que não foram oferecidos pela própria Unidade, em função da inexistência de amparo legal para tal ato.

1.82 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.83 Providências a serem Implementadas: A Direção Geral do CEFET-SC orientou a todos os Diretores das Unidades de Ensino que compõe o Sistema CEFET-SC a não promoverem convênios cuja certificação seja dada pelo CEFET-SC e os cursos sejam fornecidos por terceiros.

1. Prazo limite de implementação: já implantado.

4.3.2.1 CONSTATAÇÃO: (047) Atendimento parcial ao item nº 5.3.2.1 do Relatório nº 189685, não havendo ressarcimento de despesas não elegíveis em Convênio.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reitera-se a seguinte recomendação efetuada no Relatório nº 189685: - Efetuar despesas com recursos do Convênio apenas nos elementos e grupos de despesas especificados no Plano de Trabalho.

RECOMENDAÇÃO: 002- Ressarcir as despesas que foram efetuadas sem previsão no Plano de Trabalho, no total de R\$ 1.845,56, corrigidos monetariamente.

1.85 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justificativa : Reiteramos as justificativas dada à equipe de auditores da CGU/SC, estamos aguardando o pronunciamento do TCU.

1.86 Providências a serem Implementadas: Aguardando pronunciamento do TCU.

1.87 Prazo limite de implementação: Aguardando pronunciamento do TCU.

4.3.2.2 CONSTATAÇÃO: (048) Não-identificação do número do Convênio em Notas Fiscais, denotando o não-atendimento ao item nº 5.3.2.2 do Relatório nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos a recomendação efetuada no sentido de registrar a identificação do Convênio nas notas fiscais de produtos adquiridos com recursos deste.

1.88 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.89 Providências a serem Implementadas: Estamos apurando o fato para tomada de providências

1.90 Prazo limite de implementação: 31/12/2008

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (019) Não cumprimento, por parte da Unidade de Auditoria Interna, de atividades previstas no RAINIT 2007, denotando o não-atendimento ao item 6.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 189685.

RECOMENDAÇÃO: 001- Reiteramos ao CEFET/SC utilizar ferramentas adequadas para elaboração do próximo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, tendo como base a avaliação das metas alcançadas no exercício de 2006.

RECOMENDAÇÃO: 002- Reiteramos ao CEFET/SC buscar um planejamento estratégico que foque determinadas áreas de auditoria, delimitando o escopo a ser atingido, buscando não ser tão amplo e levando-se em conta a quantidade de força de trabalho disponível.

RECOMENDAÇÃO: 003- Reiteramos ao CEFET/SC estabelecer um cronograma de execução para cada atividade prevista, elegendo responsáveis por cada projeto.

1.91 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Justifique: A Unidade de Auditoria Interna justificou à equipe de auditores, o não atendimento na totalidade das ações destacadas no PAINT 2007, devido aos inúmeros problemas ocorridos sendo eles no planejamento e na execução das ações previstas no plano, além das demandas externas

provindas dos órgãos de controle do governo federal e dos setores pertencentes ao sistema CEFET-SC.

Apesar da Unidade de Auditoria Interna, não concluir na sua totalidade as ações previstas no PAINTE2007, fato já justificado anteriormente, foram produzidos vários trabalhos de auditorias que resultaram no desenvolvimento de 8 (oito) relatórios de auditorias ligadas a auditorias de gestão e operacional. Foram emitidos 3 (três) Notas Técnicas de Auditoria e 114 (cento e quatorze) Pareceres referentes à: Controle da Gestão; Suprimento de Bens e Serviços-Processos Licitatórios e Gestão Pessoas.

O PAINTE-2008 foi totalmente remodelado e devidamente ajustado às condições de trabalhos da Unidade de Auditoria Interna do CEFET-SC.

1.92 Providências a serem Implementadas. Respondido no item anterior.

1.93 Prazo limite de implementação: 31/12/2008.

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Reitora do Instituto Federal de Santa Catarina

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE		REGISTRADOS NO SISAC (quantidade)	
	2007	2008	2007	2008
Admissão	147	156	147	156
Desligamento	61	27	61	27
*Aposentadoria	11	14	36	14
Pensão	06	06	06	06

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio	678	36.689.461,53	846	48.076.483,00	1002	62.847.002,22
Funcionários contratados – CLT em exercício Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio Fonte: Orçamento anual	678		890		1002	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993) Fonte:COF	48	949.365,00	44	796.916,64	57	813.446,13

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado: Vigilância e limpeza	81	923.856,60	91	1.563.365,72	103	2.126.322,44
Pessoal terceirizado: apoio administrativo	04	65.588,95	17	156.231,14	17	310.793,32
Pessoal terceirizado: outras atividades	02	17.131,67	02	32.460,00	09	101.440,78
Total Pessoal Terceirizado Fonte: Coord.Compras	87	1.006.577,22	110	1.752.056,86	129	2.538.556,54
Estagiários Fonte:COF	-	25.000,00	-	59.807,36	-	33.014,21
Total Pessoal terceirizado + Estagiários		1031.577,22		1.811.864,22		2.571.571,75

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na Unidade com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal requisitado em exercício na Unidade sem ônus	-	-	4	-	-	-
Total Pessoal requisitado Fonte: DGP	-	-	4	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido da Unidade com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal cedido da Unidade sem ônus	-	-	7	-	5	-
Total Pessoal cedido Fonte: DGP	-	-	7	-	5	-

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	580	
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	479	
TOTAL GERAL	1.059	

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Apresenta-se neste item todas as tabelas contendo os dados e informações do ensino, captados através dos sistemas gerenciados pelo MEC e alimentados pela instituição, bem como fornecidos pelos cadastradores institucionais de cada Unidade de Ensino.

Apresenta-se também as informações do Quadro de Pessoal.

Tais dados e informações servem para subsidiar a análise dos indicadores e o desempenho operacional.

RESUMO DA MATRÍCULA ANUAL 2008			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integr.carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total Geral - Matrícula Anual	506	6172	6678
Total da Unidade de Araranguá	0	263	263
Total da Unidade de Chapecó	0	434	434
Total da Unidade de Continente	69	249	318
Total da Unidade de Florianópolis	270	2771	3041
Total da Unidade de Jaraguá do Sul	78	593	671
Total da Unidade de Joinville	12	485	497
Total da Unidade de São José	77	910	987
Total do Ensino a Distância	0	467	467

UNIDADE ARARANGUÁ - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integr.carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	0	263	263
Total do Ensino Técnico	0	263	263
Curso Técnico em Eletromecânica	0	122	122
Curso Técnico em Moda e Estilismo	0	84	84
Curso Técnico em Têxtil: Malharia e Confecção	0	57	57

UNIDADE CHAPECÓ - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integr.carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	0	434	434
Total do Ensino Técnico	0	400	400
Curso Técnico em Eletroeletrônica	0	189	189
Curso Técnico em Mecânica Industrial	0	211	211
Total do Ensino de Pós-Graduação	0	34	34
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	0	34	34

UNIDADE CONTINENTE - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	69	249	318
Total do Ensino Técnico	69	249	318
Curso Técnico Cozinha	28	78	106
Curso Técnico Hospedagem	11	41	52
Curso Técnico Panificação	12	42	54
Curso Técnico Serviços de Restaurante	18	58	76
Curso Técnico Pesca	0	30	30
Total do Ensino de Pós-Graduação	0	0	0
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	0	0	0

UNIDADE FLORIANÓPOLIS - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	270	2771	3041
Total Ensino Médio	34	185	219
Ensino Médio	34	0	34
Ens. Méd. Jovens e Adultos	0	97	97
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	0	88	88
Total do Ensino Técnico	177	1945	2122
Automobilística	19	78	97
Curso Técnico Integrado Eletrônica	0	100	100
Curso Técnico Integrado Edificações	0	149	149
Curso Técnico Integrado Eletrotécnica	0	178	178
Curso Técnico Integrado Saneamento	0	139	139
Edificações	28	161	189
Eletrônica	0	110	110
Eletrotécnica	16	285	301
Enfermagem	0	11	11
Geomensura	17	246	263
Mecânica Industrial	24	179	203
Meio Ambiente	34	43	77
Meteorologia	0	48	48
Saneamento	14	71	85
Segurança do Trabalho	0	105	105
Sistemas de Informação	25	42	67
Total do Ensino Superior Tecnológico	35	641	676
CST em Mecatrônica Industrial	12	135	147
CST em Construção de Edifícios	0	45	45
CST em Design de Produto	9	136	145
CST em Gestão de Sistema Energia	3	104	107
CST Geren. Obras e Edificações	0	16	16
CST em Gestão Tec. da Informação	1	50	51
CST em Radiologia	10	45	55
CST em Sistemas Eletrônicos	0	110	110
Total do Ensino de Pós-Graduação	24	0	24
Especialização em Gestão Pública	24	0	24

UNIDADE JARAGUÁ DO SUL - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	78	593	671
Total do Ensino Técnico	78	593	671
Eletromecânica	35	67	102
Eletrotécnica	0	140	140
Mecânica	0	0	0
Mecânica Industrial	0	131	131
Moda e Estilismo	15	85	100
Têxtil: Malharia e Confecções	28	170	198

UNIDADE JOINVILLE - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integr carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	12	485	497
Total do Ensino Técnico	12	451	463
Eletroeletrônica	0	181	181
Enfermagem	12	93	105
Mecânica Industrial	0	177	177
Total do Ensino de Pós-Graduação	0	34	34
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	0	34	34

UNIDADE SÃO JOSÉ - Matrícula Anual			
Cursos	2008/1	2008/2	2008
	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	77	910	987
Total Ensino Fundamental	0	24	24
EJA Bilíngüe – Informática Básica (Nível Fundamental)	0	24	24
Total do Ensino Médio	35	328	363
Ensino Médio	35	292	327
Ensino Médio Bilíngüe	0	17	17
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	0	19	19

UNIDADE SÃO JOSÉ - Matrícula Anual			
	2008/1	2008/2	2008
Cursos	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total do Ensino Técnico	41	342	383
Refrigeração e Ar Condicionado	14	150	164
Telecomunicações – Redes Computadores	17	104	121
Telecomunicações - Telefonia	10	88	98
Total do Ensino Superior Tecnológico	1	163	164
CST em Sistemas de Telecomunicações	1	163	164
Total do Ensino de Pós-Graduação	0	53	53
Especialização em Tradutor e Intérprete de LIBRAS	0	25	25
Especialização em Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	0	28	28

Ensino a Distância – EAD - Matrícula Anual			
	2008/1	2008/2	2008
Cursos	Integralização carga horária	Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total da Unidade	0	467	467
Total do Ensino Superior Tecnológico	0	467	467
CST em Gestão Pública (Pólo Cachoeira do Sul/RS)	0	92	92
CST em Gestão Pública (Pólo Foz do Iguaçu/PR)	0	90	90
CST em Gestão Pública (Jales/SP)	0	96	96
CST em Gestão Pública (Pólo Nova Londrina/PR)	0	53	53
CST em Gestão Pública (São João do Polinesi/RS)	0	46	46
CST Gestão Pública (Pólo de Tapejara/RS)	0	44	44
CST em Gestão Pública (Pólo de Tio Hugo/RS)	0	46	46

MATRÍCULAS POR SEMESTRE E SEXO - 2008						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total do CEFET/SC	3637	1901	5538	4191	1981	6172
%	65,7	34,3	100,0	67,9	32,1	100,0

UNIDADE ARARANGUÁ						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	88	97	185	140	123	263
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	88	97	185	140	123	263
Eletromecânica	74	0	74	121	1	122
Moda e Estilismo	4	59	63	5	78	83
Têxtil: Malharia e Confecção	10	38	48	14	44	58

UNIDADE CHAPECÓ						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	298	77	375	368	66	434
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	289	51	340	359	41	400
Eletroeletrônica	149	8	157	179	10	189
Mecânica Industrial	140	43	183	180	31	211
Pós-Graduação						
Total da Pós-Graduação	9	26	35	9	25	34
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	9	26	35	9	25	34

UNIDADE CONTINENTE						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	69	97	166	112	137	249
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	69	97	166	112	137	249
Cozinha	32	44	76	44	34	78
Hospedagem	5	13	18	10	31	41
Panificação	8	10	18	17	25	42
Serviços de Restaurante	24	30	54	23	35	58
Pesca *(Itajaí)	0	0	0	18	12	30

UNIDADE FLORIANÓPOLIS						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	1864	949	2813	1926	845	2771
Ensino Médio						
Total Ensino Médio	145	145	290	85	100	185
Ensino Médio	29	24	53	0	0	0
Ens. Méd. Jovens e Adultos	36	39	75	40	57	97
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	80	82	162	45	43	88
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	1233	536	1769	1416	529	1945
Automobilística	60	5	65	73	5	78
Curso Técnico Integrado Eletrônica	65	11	76	86	14	100
Curso Técnico Integrado Edificações	68	60	128	79	70	149
Curso Técnico Integrado Eletrotécnica	124	27	151	149	29	178
Curso Técnico Integrado Saneamento	36	78	114	45	94	139
Edificações	97	78	175	84	77	161
Eletrônica	104	6	110	105	5	110
Eletrotécnica	252	11	263	268	17	285
Enfermagem	1	12	13	1	10	11
Geomensura	141	25	166	210	36	246
Mecânica Industrial	113	3	116	168	11	179
Meio Ambiente	24	50	74	15	28	43
Meteorologia	21	40	61	19	29	48

Saneamento	28	44	72	26	45	71
Segurança do Trabalho	44	52	96	54	51	105
Sistemas de Informação	55	34	89	34	8	42
Total Ensino Sup. Tecnologia	479	251	730	425	216	641
CST em Mecatrônica Industrial	112	13	125	118	17	135
CST em Construção de Edifícios	33	28	61	25	20	45
CST em Design de Produto	55	98	153	45	91	136
CST em Gestão de Sistema Energia	71	20	91	82	22	104
CST em Geren. Obras e Edificações	6	10	16	5	11	16
CST em Gestão Tec. da Informação	34	15	49	39	11	50
CST em Radiologia	26	46	72	18	27	45
CST em Sistemas Eletrônicos	142	21	163	93	17	110
Pós-Graduação						
Total da Pós-Graduação	7	17	24	0	0	0
Especialização em Gestão Pública	7	17	24	0	0	0

JARAGUÁ DO SUL							
Curso	Matrícula por semestre e sexo						
	2008/1			2008/2			
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	
Total da Unidade	330	200	530	383	210	593	
Ensino Técnico							
Total Ensino Técnico	330	200	530	383	210	593	
Eletromecânica	103	15	118	58	9	67	
Mecânica	0	0	0	0	0	0	
Mecânica Industrial	77	3	80	125	6	131	
Eletrotécnica	73	17	90	116	24	140	
Moda e Estilismo	9	80	89	7	78	85	
Têxtil: Malharia e Confecções	68	85	153	77	93	170	
UNIDADE JOINVILLE							

Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	310	110	420	368	117	485
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	294	92	386	352	99	451
Eletroeletrônica	141	8	149	174	7	181
Enfermagem	16	74	90	13	80	93
Mecânica Industrial	137	10	147	165	12	177
Pós-Graduação						
Total da Pós-Graduação	16	18	34	16	18	34
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	16	18	34	16	18	34

UNIDADE SÃO JOSÉ Matrícula por semestre e sexo						
Curso	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da Unidade	535	246	781	645	265	910
Ensino Fundamental						
Total Ensino Fundamental	0	0	0	14	10	24
EJA Bilíngüe – Informática Básica (Nível Fundamental)	0	0	0	14	10	24
Ensino Médio						
Total Ensino Médio	176	142	318	187	141	328
Ensino Médio	147	130	277	160	132	292
Ensino Médio Bilíngüe	9	11	20	9	8	17
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	20	1	21	18	1	19
Ensino Técnico						
Total Ensino Técnico	226	30	256	302	40	342
Refrigeração e Ar Condicionado	99	2	101	145	5	150
Telecomunicações – Redes de Computadores	83	13	96	86	18	104
Telecomunicações - Telefonia	44	15	59	71	17	88
Ensino Superior em Tecnologia						
Total Ensino Superior em Tecnologia	127	24	151	136	27	163
CST Sistemas de Telecomunicações	127	24	151	136	27	163

Pós-Graduação						
Total da Pós-Graduação	6	50	56	6	47	53
Especialização em Tradutor e Interprete de LIBRAS	2	23	25	2	23	25
Especializ. Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	4	27	31	4	24	28

ENSINO À DISTÂNCIA - EAD						
Curso	Matrícula por semestre e sexo					
	2008/1			2008/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total da EAD	143	125	268	249	218	467
Ensino Superior em Tecnologia						
Total Ensino Superior em Tecnologia	143	125	268	249	218	467
CST em Gestão Pública - Cachoeira do Sul/RS	24	18	42	57	35	92
CST em Gestão Pública - Fóz do Iguaçu/PR	26	14	40	58	32	90
CST em Gestão Pública - Jales/SP	24	22	46	44	52	96
CST em Gestão Pública - Nova Londrina/PR	0	0	0	21	32	53
CST em Gestão Pública - São João do Polêsine/RS	20	28	48	20	26	46
CST em Gestão Pública - Tapejara/RS	26	20	46	26	18	44
CST em Gestão Pública - Tio Hugo/RS	23	23	46	23	23	46

Fonte: Unidades de Ensino

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA

Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
	13183	2092	6,30	8951	1800	4,97	12925	3196	4,04	14871	3746	3,97
Total do Ensino Fundamental	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	36	20	1,80
Total do Ensino Médio	4.102	440	9,32	770	222	3,47	639	228	2,80	1.419	148	9,59
Total do Ensino Técnico	7317	1330	5,50	6896	1299	5,31	9625	2268	4,24	10322	2988	3,45
Total do Ensino Tecnológico	1764	322	5,48	1285	279	4,61	2661	700	3,80	3094	590	5,24

Cursos	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA											
	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade Araranguá	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0,00	565	384	1,47
Total da Unidade Chapecó	0	0	0,00	144	32	4,50	1107	256	4,32	645	256	2,52
Total da Unidade Continente	0	0	0,00	0	0	0,00	306	144	2,13	453	216	2,10
Total Unidade Florianópolis	8155	1428	5,71	3796	978	3,88	7062	1576	4,48	7485	1454	5,15
Total Unidade Jaraguá Sul	1209	200	6,05	1655	295	5,61	1028	265	3,88	1802	428	4,21
Total da Unidade Joinville	921	48	19,19	1257	48	26,19	1384	304	4,55	1541	304	5,07
Total da Unidade São José	2.898	416	6,97	2.099	447	4,70	1.193	351	3,40	1.718	504	3,41
Total do EAD	0	0	0,00	0	0	0,00	845	300	2,82	662	200	3,31

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
ARARANGUÁ												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	384	1,47
Total do Ensino Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	384	1,47
Curso Técnico em Eletromecânica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	365	128	2,85
Curso Técnico em Moda e Estilismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97	128	0,76
Curso Técnico em Têxtil: Malharia e Confecção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103	128	0,80
Total do Ensino Tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
CHAPECÓ												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade				144	32	4,50	1107	256	4,32	645	256	2,52
Total do Ensino Técnico				144	32	4,50	1107	256	4,32	645	256	2,52
Eletroeletrônica				-	-	-	600	128	4,69	364	128	2,84
Mecânica Industrial				144	32	4,50	507	128	3,96	281	128	2,20
Total do Ensino Tecnológico												

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
CONTINENTE												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade				-	-	-	306	144	2,13	453	216	2,10
Total do Ensino Técnico				-	-	-	306	144	2,13	453	216	2,10
Cozinha				-	-	-	153	36	4,25	294	72	4,08
Hospedagem				-	-	-	80	36	2,22	65	36	1,81
Panificação				-	-	-	36	36	1,00	26	36	0,72
Serviços de Restaurante				-	-	-	37	36	1,03	68	72	0,94

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
FLORIANÓPOLIS												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade	8155	1428	5,71	3796	978	3,88	7062	1576	4,48	7485	1454	5,15
Total do Ensino Médio	2482	320	7,76	128	111	1,15	224	105	2,13	646	124	5,21
Ensino Médio	2401	260	5,40	-	-	-	-	-	-	545	64	8,52

Ens. Méd. Jovens e Adultos	81	60	1,35	128	111	1,15	-	-	-	101	60	1,68
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-	224	105	2,14	-	-	-
Total do Ensino Técnico	4166	850	4,90	2832	680	4,16	5115	1135	4,51	4644	1004	4,6
Automobilística	169	40	4,23	120	32	3,75	199	48	4,15	213	46	4,63
Edificações	543	144	3,77	256	96	2,67	289	96	3,01	467	86	5,43
Edificações (Integrado Ensino Médio)	-	-	-	23	32	0,72	419	92	4,55	490	84	5,83
Eletrônica	320	40	8,00	270	46	5,87	148	40	3,70	261	70	3,73
Eletrônica (Integrado Ensino Médio)	-	-	-	43	20	2,15	296	44	6,73	68	30	2,27
Eletrotécnica	591	158	3,74	361	88	4,10	450	140	3,21	369	121	3,05
Eletrotécnica (Integrado Ensino Médio)	-	-	-	76	40	1,90	643	91	7,07	541	79	6,85
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	360	24	15,00	-	-	-
Geomensura	164	96	1,71	95	60	1,58	157	96	1,64	195	92	2,12
Mecânica Industrial	271	96	2,82	165	68	2,43	150	112	1,34	206	109	1,89
Meio Ambiente	484	72	6,72	408	37	11,03	420	47	8,94	357	37	9,65
Meteorologia	158	52	3,04	58	26	2,23	123	52	2,37	126	52	2,42
Saneamento	120	48	2,50	107	31	3,45	83	48	1,73	93	25	3,72
Saneamento (Integrado Ensino Médio)	-	-	-	23	32	0,72	226	79	2,86	226	65	3,48
Segurança do Trabalho	746	64	11,66	358	32	11,19	713	64	11,14	687	64	10,73
Sistemas de Informação	600	40	15,00	469	40	11,73	439	62	7,08	345	44	7,84

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
FLORIANÓPOLIS												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total Ensino Tecnológico	1507	258	5,84	836	187	4,47	1723	336	5,13	2195	326	6,73
CST em Mecatrônica Industrial	248	56	4,4	103	40	2,57	167	72	2,31	270	68	3,97
CST Construção de Edifícios	89	24	3,7	123	24	5,12	132	24	5,5	135	24	5,62
CST em Design de Produto	437	48	9,1	219	30	73,00	391	48	8,14	541	48	11,27
CST em Gestão da Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-	-	294	24	12,25	339	24	14,12
CST em Gestão de Sistemas de Energia	52	34	1,5	100	25	4,00	170	72	2,36	296	64	4,62
CST em Radiologia	422	24	17,5	133	14	9,50	420	24	17,5	407	26	15,65
CST em Sistemas Digitais	259	72	3,6	158	54	2,92	149	72	2,06	207	72	2,88

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
JARAGUÁ DO SUL												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade	1209	200	6,05	1655	295	5,61	1028	265	3,88	1802	428	4,21
Total do Ensino Técnico	1209	200	6,05	1655	295	5,61	1028	265	3,88	1802	428	4,21
Eletromecânica	627	50	12,54	901	120	7,51	254	60	4,23	-	-	-
Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moda e Estilismo	275	50	-	326	55	5,93	289	55	5,25	253	60	4,22
Têxtil: Malharia e Confecção	307	100	3,07	428	120	3,57	284	120	2,37	324	120	2,70
Mecânica Industrial	-	-	-	-	-	-	201	30	6,70	617	124	4,98
Eletrotécnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	608	124	4,90

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
JOINVILLE												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade	921	48	19,19	1257	48	26,19	1384	304	4,55	1541	304	5,07
Total do Ensino Técnico	921	48	19,19	1257	48	26,19	1384	304	4,55	1541	304	5,07
Eletrônica	-	-	-	-	-	-	353	128	2,76	433	128	3,38
Enfermagem	921	48	19,19	1257	48	26,19	544	48	11,33	530	48	11,04
Mecânica Industrial	-	-	-	-	-	-	487	128	3,80	578	128	4,52

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
SÃO JOSÉ												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da Unidade	2.898	416	6,97	2099	447	4,70	1193	351	3,40	1718	504	3,41
Total do Ensino Fundamental	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	36	20	1,80
EJA Bilingüe – Informática Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	20	1,80
Total do Ensino Médio	1.620	120	13,50	642	111	5,78	415	123	3,37	773	148	5,22
Ensino Médio	1.620	120	5,40	642	111	-	348	64	-	748	128	8,52
Ensino Médio Bilingüe	-	-	1,35	-	-	1,15	-	-	-	25	20	1,68
Ensino Médio Prof. para Jovens Adultos	-	-	-	-	-	-	67	59	2,14	-	-	-
Total do Ensino Técnico	1021	232	4,40	1008	244	4,13	685	164	4,18	672	272	2,47
Refrigeração e condicionamento de Ar	252	104	2,42	255	116	2,20	164	84	1,95	175	128	1,37
Telecomunicações - Redes de Computadores	769	128	6,01	753	128	5,88	521	80	6,51	320	80	4,00
Telecomunicações - Telefonia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177	64	2,77
Total do Ensino Tecnológico	257	64	4,02	449	92	4,88	93	64	1,45	237	64	3,70
Sistemas de Telecomunicações	257	64	4,02	449	92	4,88	93	64	1,45	237	64	3,70

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA												
EAD												
Cursos	2005			2006			2007			2008		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total da EAD	0	0	0,00	0	0	0,00	845	300	2,82	662	200	3,31
Total do Ensino Tecnológico	0	0	0,00	0	0	0,00	845	300	2,82	662	200	3,31
CST Gestão Pública Cachoeira Sul/RS	-	-	-	-	-	-	203	50	4,06	203	50	4,06
CST Gestão Pública Foz do Iguaçu/PR	-	-	-	-	-	-	168	50	3,36	256	50	5,12
CST Gestão Pública Jales/SP	-	-	-	-	-	-	179	50	3,58	137	50	2,74
CST Gestão Pública Nova Londrina/PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	50	1,32
CST Gestão Pública S.João Polêsine/RS	-	-	-	-	-	-	72	50	1,44	-	-	-
CST Gestão Pública Tapejara/RS	-	-	-	-	-	-	105	50	2,10	-	-	-
CST Gestão Pública Tio Hugo/RS	-	-	-	-	-	-	118	50	2,36	-	-	-

FORMANDOS 2008			
	2008-1	2008-2	Total 2008
	TOTAL GERAL DO CEFET-SC	439	421
Total do Ensino Fundamental	0	0	0
Total do Ensino Médio	69	57	126
Total do Ensino Técnico	336	332	668
Total do Ensino Tecnológico	34	32	66
Total da Pós-graduação	0	0	0

Total Geral por Unidade	439	421	860
Total da Unidade de Araranguá	0	0	0
Total da Unidade de Chapecó	0	8	8
Total da Unidade de Continente	69	33	102
Total da Unidade de Florianópolis	210	204	414
Total da Unidade de Jaraguá do Sul	78	59	137

Total da Unidade de Joinville	12	22	34
Total da Unidade de São José	70	95	165
Total do EAD	0	0	0

FORMANDOS 2008

ARARANGUÁ

Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino Técnico			
Curso Técnico em Eletromecânica	0	0	0
Curso Técnico em Têxtil: Malharia e Confecção	0	0	0
Curso Técnico em Moda e Estilismo	0	0	0
Total	0	0	0

CHAPECÓ

Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino Técnico			
Eletroeletrônica	0	1	1
Mecânica	0	7	7
Total	0	8	8

CONTINENTE

Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino Técnico			
Curso Técnico de Cozinha	28	22	50
Curso Técnico de Hospedagem	11	0	11
Curso Técnico de Panificação	12	0	12
Curso Técnico de Serviços de Restaurante	18	11	29
Curso Técnico de Pesca	0	0	0
Total	69	33	102

FLORIANÓPOLIS

Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino Médio			
Ensino Médio	34	-	34
Ensino Médio para Jovens e Adultos	-	-	-

Ensino Médio Prof. Jovens e Adultos	-	-	-
Ensino Técnico			
Automobilística	4	7	11
Curso Técnico Integrado Eletrônica	-	-	-
Curso Técnico Integrado Edificações	-	-	-
Curso Técnico Integrado Eletrotécnica	-	-	-
Curso Técnico Integrado Saneamento	-	-	-
Edificações	28	19	47
Eletrônica	7	10	17
Eletrotécnica	2	24	26
Enfermagem	-	10	10
Geomensura	17	41	58
Mecânica Industrial	12	8	20
Meio Ambiente	34	14	48
Meteorologia	-	7	7
Saneamento	14	14	28
Segurança do Trabalho	-	22	22
Sistemas de Informação	25	-	25
Ensino Tecnológico			
CST em Mecatrônica Industrial	12	6	18
CST em Construção de Edifícios	-	-	-
CST em Design de Produto	9	18	27
CST em Gestão de Sistema Energia	-	-	-
CST em Gestão Tec. da Informação	-	-	-
CST Gerenc. Obras e Edificações	1	-	1
CST em Radiologia	10	-	10
CST em Sistemas Eletrônicos	1	4	5

FORMANDOS 2008

FLORIANÓPOLIS			
Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino de Pós-graduação			
Especialização em Gestão Pública	-	-	-
Total	210	204	414

JARAGUÁ DO SUL			
Curso	2008-1	2008-2	Total 2008

Ensino Técnico			
Curso Técnico em Eletromecânica	35	34	69
Curso Técnico em Moda	15	18	33
Curso Técnico Têxtil	28	7	35
Total	78	59	137

JOINVILLE			
Curso			
Ensino Técnico			
Curso Técnico em Eletroeletrônica	0	0	0
Curso Técnico em Enfermagem	12	22	34
Curso Técnico em Mecânica Industrial	0	0	0
Total	12	22	34

SÃO JOSÉ			
Curso	2008-1	2008-2	Total 2008
Ensino Médio			
Ensino Médio	35	57	92
Ensino Médio Bilíngüe	-	-	-
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	-	-	-
Total	35	57	92
Ensino Técnico			
Refrigeração e Condicionamento de Ar	15	19	34
Telecomunicações - Redes de Computadores	9	9	18
Telecomunicações - Telefonia	10	6	16
Total	34	34	68
Ensino Tecnológico			
CST em Sistemas de Telecomunicações	1	4	5
Total	1	4	5
Ensino de Pós-graduação			
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	-	-	-
Especialização em Educação de Surdos	-	-	-
Total	-	-	-
Total da Unidade	70	95	165

Fonte: Unidades de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranc a mento	Trans ferência	Total	% ref. 1
ARARANGUÁ												
Total do Campus	185	102	55,1	97	95,1	5	4,9	82	0	1	83	44,9
Total Ensino Técnico	185	102	55,1	97	95,1	5	4,9	82	0	1	83	44,9
Curso Técnico Eletromecânica	74	43	58,1	38	88,4	5	11,6	31	0	0	31	41,9
Curso Téc. em Moda e Estilismo	63	40	63,5	40	100,0	0	0,0	23	0	0	23	36,5
Curso Téc. Têxtil: Malharia e Confecção	48	19	39,6	19	100,0	0	0	28	0	1	29	60,4

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aband ono	Tranca mento	Trans ferência	Total	% ref. 1
CHAPECÓ												
Total do Campus	375	349	93,1	264	75,6	26	7,4	66	17	2	85	22,7
Total do Ensino Técnico	340	315	92,6	230	73,0	26	8,3	65	17	2	84	24,7
Curso Técnico em Eletroeletrônica	157	123	78,3	109	88,6	5	4,1	31	10	2	43	27,4
Curso Técnico de Mecânica	183	158	86,3	121	76,6	21	13,3	34	7	0	41	22,4
Total da Pós-graduação	35	34	97,1	34	100,0	0	0,0	1	0	0	1	2,9
Educação Profiss.	35	34	97,1	34	100,0	0	-	1	0	0	1	2,9

EJA/PROEJA												
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. 1
UNIDADE CONTINENTE												
Total do Campus	166	127	76,5	122	96,1	5	3,9	27	9	3	39	23,5
Total do Ensino Técnico	166	127	76,5	122	96,1	5	3,9	27	9	3	39	23,5
Curso Técnico Cozinha	76	66	86,8	63	95,5	3	4,5	8	2	0	10	13,2
Curso Técnico Hospedagem	18	11	61,1	11	100,0	0	0,0	5	2	0	7	38,9
Curso Técnico Panificação	18	13	72,2	13	100,0	0	0,0	2	3	0	5	27,8
Curso Técnico Serviços de Restaurante	54	37	68,5	35	94,6	2	5,4	12	2	3	17	31,5
Curso Técnico Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
FLORIANÓPOLIS												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban- dono	Tranc a mento	Transf e rência	Total	% ref. 1
Total do Campus	2813	2294	81,5	2021	88,1	273	11,9	410	81	28	519	18,5
Total do Ensino Médio	290	196	67,6	179	91,3	17	8,7	82	7	5	94	32,4
Ensino Médio	53	48	90,6	44	91,7	4	8,3	1	0	4	5	9,4
Ens. Méd. Jovens e Adultos	75	39	52,0	35	89,7	4	10,3	35	1	0	36	48,0
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	162	109	67,3	100	91,7	9	8,3	46	6	1	53	32,7
Total do Ensino Técnico	1769	1458	82,4	1246	85,5	212	14,5	240	49	22	311	17,6
Automobilística	65	58	89,2	52	89,7	6	10,3	6	1	0	7	10,8
Curso Técnico Integrado Eletrônica	76	70	92,1	60	85,7	10	14,3	3	0	3	6	7,9
Curso Técnico Integrado Edificações	128	117	91,4	93	79,5	24	20,5	5	0	6	11	8,6
Curso Técnico Integrado Eletrotécnica	151	139	92,1	113	81,3	26	18,7	6	0	6	12	7,9
Curso Técnico Integrado Saneamento	114	105	92,1	85	81,0	20	19,0	3	0	6	9	7,9
Edificações	175	127	72,6	113	89,0	14	11,0	39	9	0	48	27,4
Eletrônica	110	79	71,8	69	87,3	10	12,7	29	2	0	31	28,2
Eletrotécnica	263	213	81,0	181	85,0	32	15,0	39	10	1	50	19,0
Enfermagem	13	11	84,6	11	100,0	0	0,0	2	0	0	2	15,4
Geomensura	166	140	84,3	114	81,4	26	18,6	19	7	0	26	15,7

FLORIANÓPOLIS												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aband ono	Tranc ament o	Transf e rência	Total	% ref. 1
Mecânica Industrial	116	92	79,3	80	87,0	12	13,0	22	2	0	24	20,7
Meio Ambiente	74	56	75,7	54	96,4	2	3,6	7	11	0	18	24,3
Meteorologia	61	37	60,7	31	83,8	6	16,2	23	1	0	24	39,3
Saneamento	72	61	84,7	48	78,7	13	21,3	9	2	0	11	15,3
Segurança do Trabalho	96	78	81,3	70	89,7	8	10,3	18	0	0	18	18,8
Sistemas de Informação	89	75	84,3	72	96,0	3	4,0	10	4	0	14	15,7
Total do Ensino Tecnológico	730	616	84,4	572	92,9	44	7,1	88	25	1	114	15,6
CST em Mecatrônica Industrial	125	102	81,6	84	82,4	18	17,6	21	2	0	23	18,4
CST em Construção de Edifícios	61	54	88,5	54	100,0	0	0,0	5	2	0	7	11,5
CST em Design de Produto	153	134	87,6	126	94,0	8	6,0	8	11	0	19	12,4
CST em Gestão de Sistema Energia	91	70	76,9	61	87,1	9	12,9	17	4	0	21	23,1
CST em Geren. Obras e Edificações	16	16	100,0	16	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST em Gestão Tec. da Informação	49	42	85,7	42	100,0	0	0,0	7	0	0	7	14,3
CST em Radiologia	72	61	84,7	52	85,2	9	14,8	9	2	0	11	15,3
CST em Sistemas eletrônicos	163	137	84,0	137	100,0	0	0,0	21	4	1	26	16,0
Total da Pós-graduação	24	24	100,0	24	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Especialização em Gestão Pública	24	24	100,0	24	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
JARAGUÁ DO SUL												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma n	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
Total do Campus	530	424	80,0	390	92,0	34	8,0	83	23	0	106	20,0
Total do Ensino Técnico	530	424	80,0	390	92,0	34	8,0	83	23	0	106	20,0
Curso Técnico em Eletromecânica	118	105	89,0	94	89,5	11	10,5	11	2	0	13	11,0
Curso Técnico Moda e Estilismo	89	62	69,7	54	87,1	8	12,9	26	1	0	27	30,3
Curso Técnico Têxtil	153	126	82,4	118	93,7	8	6,3	21	6	0	27	17,6
Curso Técnico Mec. Industrial	80	63	78,8	60	95,2	3	4,8	3	14	0	17	21,3
Curso Técnico Eletrotécnica	90	68	75,6	64	94,1	4	5,9	22	0	0	22	24,4

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aband ono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
JOINVILLE												
Total do Campus	420	347	82,6	282	81,3	36	10,4	72	29	1	102	24,3
Total do Ensino Técnico	386	313	81,1	250	79,9	34	10,9	72	29	1	102	26,4
Curso Técnico em Eletroeletrônica	149	119	79,9	87	73,1	20	16,8	30	12	0	42	28,2
Curso Técnico em Enfermagem	90	81	90,0	68	84,0	4	4,9	9	9	0	18	20,0
Curso Técnico em Mecânica Industrial	147	113	76,9	95	84,1	10	8,8	33	8	1	42	28,6
Total da Pós-graduação	34	34	0,0	32	0,0	2	0,0	0	0	0	0	0,0
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	34	34	0,0	32	0,0	2	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. 1
SÃO JOSÉ												
Total do Campus	781	646	82,7	613	94,9	33	5,1	106	26	3	135	17,3
Total do Ensino Médio	318	298	93,7	289	97,0	9	3,0	17	1	2	20	6,3
Ensino Médio	277	260	93,9	255	98,1	5	1,9	14	1	2	17	6,1
Ensino Médio Bilingüe	20	17	85,0	17	100,0	0	0,0	3	0	0	3	15,0
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	21	21	100,0	17	81,0	4	19,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Técnico	256	176	68,8	152	86,4	24	13,6	67	12	1	80	31,3
Refrigeração e Condicionamento de Ar	101	79	78,2	65	82,3	14	17,7	21	1	0	22	21,8
Telecomunicações – Redes de Computadores	96	62	64,6	56	90,3	6	9,7	30	3	1	34	35,4
Telecomunicação - Telefonia	59	35	59,3	31	88,6	4	11,4	16	8	0	24	40,7
Total do Ensino Tecnológico	151	121	80,1	121	100,0	0	0,0	17	13	0	30	19,9
CST em Sistemas de Telecomunicações	151	121	80,1	121	100,0	0	0,0	17	13	0	30	19,9
Total da Pós-graduação	56	51	91,1	51	100,0	0	0,0	5	0	0	5	8,9
Especialização em Tradutor e Intérprete de LIBRAS	25	23		23	100,0	0	0,0	2	0	0	2	8,0
Especialização em Educação Profissional EJA/PROEJA	31	28	90,3	28	100,0	0	0,0	3	0	0	3	9,7

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-1

EAD												
Cursos	Inicial 1	Final 2	Aprovados		Reprovados			Evasão				
			% Perma nência	nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
Total do Campus	268	260	97,0	260	100,0	0	0,0	8	0	0	8	3,0
Total do Ensino Médio	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Ensino Médio	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Técnico	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Refrigeração e Condicionamento de Ar	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Tecnológico	268	260	97,0	260	100,0	0	0,0	8	0	0	8	3,0
CST Gestão Pública - Cachoeira do Sul/RS	42	41	97,6	41	100,0	0	0,0	1	0	0	1	2,4
CST Gestão Pública - Foz do Iguaçu/PR	40	39	97,5	39	100,0	0	0,0	1	0	0	1	2,5
CST Gestão Pública - Jales/SP	46	44	95,7	44	100,0	0	0,0	2	0	0	2	4,3
CST Gestão Pública - Nova Londrina/PR	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - São João do Polêsine/	48	46	95,8	46	100,0	0	0,0	2	0	0	2	4,2
CST Gestão Pública - Tapejara/RS	46	44	95,7	44	100,0	0	0,0	2	0	0	2	4,3
CST Gestão Pública - Tio Hugo/RS	46	46	100,0	46	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Abando no	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. 1
ARARANGUÁ												
Total da Unidade	263	244	92,8	169	69,3	54	22,1	37	3	0	40	15,2
Total do Ensino Técnico	263	244	92,8	169	69,3	54	22,1	37	3	0	40	15,2
Curso Técnico em Eletromecânica	122	111	91,0	68	61,3	22	19,8	17	1	0	18	14,8
Curso Técnico em Moda e Estilismo	84	80	95,2	59	73,8	21	26,3	10	0	0	10	11,9
Curso Técnico em Têxtil: Malharia e Confecção	57	53	93,0	42	79,2	11	20,8	10	2	0	12	21,1

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perm	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
CHAPECÓ												
Total da Unidade	434	346	79,7	289	83,5	26	7,5	87	31	1	119	27,4
Total do Ensino Técnico	400	312	78,0	255	81,7	26	8,3	87	31	1	119	29,8
Curso Técnico em Eletroeletrônica	189	150	79,4	137	91,3	7	4,7	25	20	0	45	23,8
Curso Técnico de Mecânica	211	162	76,8	118	72,8	19	11,7	62	11	1	74	35,1
Total da Pós-graduação	34	34	100,0	34	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Educação Profiss. EJA/PROEJA	34	34	100,0	34	100,0	0	-	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicia l 1	Fina l 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
Total da Unidade	249	175	70,3	163	93,1	12	6,9	66	8	0	74	29,7
Total Ensino Técnico	249	175	70,3	163	93,1	12	6,9	66	8	0	74	29,7
Curso Técnico Cozinha	78	64	82,1	58	90,6	6	9,4	8	6	0	14	17,9
Curso Técnico Hospedagem	41	20	48,8	20	100,0	0	0,0	21	0	0	21	51,2
Curso Técnico Panificação	42	28	66,7	24	85,7	4	14,3	14	0	0	14	33,3
Curso Técnico Serviços de Restaurante	58	41	70,7	39	95,1	2	4,9	15	2	0	17	29,3
Curso Técnico Pesca	30	22	73,3	22	100,0	0	0,0	8	0	0	8	26,7

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº alunos	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transf	Total	% ref. 1
Total do Campus	2771	2390	86,3	2074	86,8	316	13,2	271	96	14	381	13,7
Total do Ensino Médio	185	140	75,7	127	90,7	13	9,3	39	4	2	45	24,3
Ensino Médio	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0	0	-
Ens. Méd. Jovens e Adultos	97	67	69,1	60	89,6	7	10,4	28	2	0	30	30,9
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	88	73	83,0	67	91,8	6	8,2	11	2	2	15	17
Total do Ensino Técnico	1945	1706	87,7	1467	86,0	239	14,0	168	59	12	239	12,3
Automobilística	78	61	78,2	59	96,7	2	3,3	14	3	0	17	21,8
Curso Técnico Integrado Eletrônica	100	93	93,0	79	84,9	14	15,1	5	1	1	7	7
Curso Técnico Integrado Edificações	149	141	94,6	124	87,9	17	12,1	3	2	3	8	5,4

Curso Técnico Integrado Eletrotécnica	178	163	91,6	140	85,9	23	14,1	12	0	3	15	8,4
Curso Técnico Integrado Saneamento	139	125	89,9	107	85,6	18	14,4	9	2	3	14	10,1
Edificações	161	149	92,5	133	89,3	16	10,7	1	11	0	12	7,5
Eletrônica	110	74	67,3	57	77,0	17	23,0	31	4	1	36	32,7
Eletrotécnica	285	252	88,4	231	91,7	21	8,3	25	7	1	33	11,6
Enfermagem	11	10	90,9	10	100,0	0	0,0	0	1	0	1	9,1
Geomensura	246	217	88,2	167	77,0	50	23,0	21	8	0	29	11,8
Mecânica Industrial	179	151	84,4	138	91,4	13	8,6	24	4	0	28	15,6
Meio Ambiente	43	38	88,4	33	86,8	5	13,2	0	5	0	5	11,6
Meteorologia	48	39	81,3	30	76,9	9	23,1	8	1	0	9	18,8
Saneamento	71	62	87,3	44	71,0	18	29,0	6	3	0	9	12,7
Segurança do Trabalho	105	90	85,7	74	82,2	16	17,8	9	6	0	15	14,3
Sistemas de Informação	42	41	97,6	41	100,0	0	0,0	0	1	0	1	2,4
Total do Ensino Tecnológico	641	544	84,9	480	88,2	64	11,8	64	33	0	97	15,1
CST Mecatrônica Industrial	135	118	87,4	85	72,0	33	28,0	14	3	0	17	12,6
CST Construção de Edifícios	45	43	95,6	43	100,0	0	0,0	0	2	0	2	4,4
CST em Design de Produto	136	125	91,9	118	94,4	7	5,6	5	6	0	11	8,1
CST em Gestão Sistema Energia	104	71	68,3	65	91,5	6	8,5	26	7	0	33	31,7
CST Geren. Obras e Edificações	16	16	100,0	16	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST em Gestão Tec. da Informação	50	45	90,0	27	60,0	18	40,0	1	4	0	5	10,0
CST em Radiologia	45	40	88,9	40	100,0	0	0,0	0	5	0	5	11,1
CST em Sistemas Eletrônicos	110	86	78,2	86	100,0	0	0,0	18	6	0	24	21,8

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº aluno	% ref. 2	Aband ono	Tranc	Transf	Total	% ref. 1

JARAGUÁ DO SUL												
Total do Campus	593	464	78,2	424	91,4	40	8,6	99	30	0	129	21,8
Total do Ensino Técnico	593	464	78,2	424	91,4	40	8,6	99	30	0	129	21,8
Curso Técnico Eletromecânica	67	58	86,6	48	82,8	10	17,2	6	3	0	9	13,4
Curso Tec Moda e Estilismo	85	61	71,8	55	90,2	6	9,8	21	3	0	24	28,2
Curso Técnico Têxtil	170	128	75,3	124	96,9	4	3,1	31	11	0	42	24,7
Curso Técnico Mec.Industrial	131	122	93,1	111	91,0	11	9,0	7	2	0	9	6,9
Curso Técnico Eletrotécnica	140	95	67,9	86	90,5	9	9,5	34	11	0	45	32,1

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº aluno	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Trans ferência	Total	% ref. 1
JOINVILLE												
Total do Campus	485	412	84,9	341	82,8	47	11,4	73	24	0	97	20,0
Total do Ensino Técnico	451	378	83,8	307	81,2	47	12,4	73	24	0	97	21,5
Curso Técnico em Eletroeletrônica	181	149	82,3	108	72,5	30	20,1	32	11	0	43	23,8
Curso Técnico Enfermagem	93	92	98,9	86	93,5	0	0,0	1	6	0	7	7,5
Curso Técnico em Mecânica Industrial	177	137	77,4	113	82,5	17	12,4	40	7	0	47	26,6
Total da Pós-graduação	34	34	0,0	34	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	34	34	0,0	34	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº aluno	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. 1

SÃO JOSÉ												
Total do Campus	910	790	86,8	722	91,4	64	8,1	90	32	2	124	13,6
Total do Ensino Fundamental	24	21	87,5	21	100,0	0	0,0	3	0	0	3	12,5
EJA Bilingüe – Informática Básica	24	21	87,5	21	100,0	0	0,0	3	0	0	3	12,5
Total do Ensino Médio	328	317	96,6	310	97,8	7	2,2	5	5	1	11	3,4
Ensino Médio	292	284	97,3	280	98,6	4	1,4	5	2	1	8	2,7
Ensino Médio Bilingüe	17	17	100,0	17	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	19	16	84,2	13	81,3	3	18,8	0	3	0	3	15,8
Total do Ensino Técnico	342	250	73,1	189	75,6	57	22,8	76	19	1	96	28,1
Refrigeração e Condicionamento de Ar	150	115	76,7	87	75,7	28	24,3	30	5	0	35	23,3
Telecomunicações – Redes de Computadores	104	64	61,5	48	75,0	16	25,0	29	11	0	40	38,5
Telecomunicações - Telefonia	88	71	80,7	54	76,1	13	18,3	17	3	1	21	23,9
Total do Ensino Tecnológico	163	151	92,6	151	100,0	0	0,0	4	8	0	12	7,4
CST em Sistemas de Telecomunicações	163	151	92,6	151	100,0	0	0,0	4	8	0	12	7,4
Total da Pós-graduação	53	51	96,2	51	100,0	0	0,0	2	0	0	2	3,8
Especialização em Tradutor e Intérprete de LIBRAS	25	23		23	100,0	0	0,0	2	0	0	2	8,0
Especialização em Educação Profissional EJA/ PROEJA	28	28	100,0	28	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

RENDIMENTO ESCOLAR 2008-2

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial 1	Final 2	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. 2	nº aluno	% ref. 2	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. 1
ENSINO À DISTÂNCIA												
Total do Campus	467	467	100,0	467	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Tecnológico	467	467	100,0	467	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Cachoeira do Sul/RS	92	92	100,0	92	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Foz do Iguaçu/PR	90	90	100,0	90	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Jales/SP	96	96	100,0	96	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Nova Londrina/PR	53	53	100,0	53	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - São João do Polêsine/RS	46	46	100,0	46	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Tapejara/RS	44	44	100,0	44	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
CST Gestão Pública - Tio Hugo/RS	46	46	100,0	46	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Fonte: Unidade de Ensino

ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA												
Faixa etária (ANOS)	Unidades											
	Araranguá			Chapecó			Continente			Florianópolis		
	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média
Até 14 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	3
De 15 a 17	1	1	1	25	0	13	1	1	1	34	65	50
De 18 a 19	23	43	33	69	50	60	20	37	29	513	571	542
De 20 a 24	41	101	71	112	162	137	47	74	61	1105	1054	1080
De 25 a 29	49	4	27	88	118	103	24	40	32	510	467	489
De 30 a 39	44	67	56	59	100	80	27	41	34	394	379	387
De 40 a 49	20	37	29	3	0	2	26	36	31	199	176	188
A partir de 50	7	10	9	19	4	12	21	20	21	57	55	56
TOTAL	185	263	224	375	434	405	166	249	208	2813	2771	2792

ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária (ANOS)	Jaraguá do Sul			Joinville			São José			EAD		
	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média	2008-1	2008-2	média
Até 14	0	0	0	0	0	0	12	20	16	0	0	0
De 15 a 17	2	3	3	2	2	2	205	249	227	0	0	0
De 18 a 19	66	94	80	45	60	53	138	129	134	9	15	12
De 20 a 24	190	206	198	106	131	119	207	252	230	46	81	64
De 25 a 29	141	162	152	98	104	101	92	113	103	58	101	80
De 30 a 39	112	108	110	111	127	119	80	95	88	87	151	119
De 40 a 49	16	16	16	52	56	54	36	40	38	53	93	73
A partir de	3	4	4	6	5	6	11	12	12	15	26	21
TOTAL	530	593	562	420	485	453	781	910	846	268	467	368

Fonte: Unidade de Ensino

MATRÍCULAS EM ESTÁGIO						
Unidade	Alunos Inscritos			Alunos em Estágio		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Florianópolis	660	585	741	660	344	741
São José	188	195	224	124	113	125
Jaraguá do Sul	58	65	51	69	71	68
Joinville	-	125	197	-	125	197
Chapecó	-	52	45	-	16	40
Continente (+Itajaí)	-	11	16	-	11	16
Araranguá	-	-	-	-	-	-
TOTAL	906	1033	1274	853	680	1187

Fonte: SIE-E das Unidades

ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Unidade	Assistência Médica/Odonto			Auxílio Transporte			Bolsa Alimentação			Bolsa Trabalho		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Fpolis	5382	3908	4419	-	52	37	80	81	112	54	126	144
São José	1515/404	579/371	864/268	66	44	59	60	36	-	16	11	10
Jaraguá Sul	-	-	-	-	11	-	10	11	-	17	15	13
Joinville	-	-	-	-	14	70	-	-	-	38	30	6
Chapecó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Continente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5
Araranguá	7.301	4.858	5.551	66	121	166	150	128	112	125	186	178
TOTAL												

ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO												
Unidade	Bolsa Material didático			Auxílio Saúde			Auxílio Moradia			Outras		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Fpolis	-	21	29	-	01 ¹	-	-	1	-	-	-	346
São José	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39 ²
Jaraguá Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Joinville	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapecó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Continente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araranguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	0	21	29	0	1	0	0	1	0	0	0	385

1 - Campus Florianópolis : 1 auxílio saúde (fornecimento de um par de óculos).

2 - Campus São José - 2008: 37 bolsas de Auxílio Estudante Projeja e 2 bolsas de Monitoria

INFORMAÇÕES DE PESSOAL

NÚMERO DE DOCENTES POR UNIDADE, REGIME DE TRABALHO e SEXO

ARARANGUÁ						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	-	-	-	-	12	36
40h	-	-	-	-	-	0
20h	-	-	-	-	-	0
Masculino	-	-	-	-	-	19
Feminino	-	-	-	-	-	17
Total	-	-	-	-	12	36
Nenhum Temporário						
Total Campus	0	0	0	0	12	36

Fonte: Unidade e DGP

CONTINENTE						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	-	-	-	1	18	30
40h	-	-	-	-	2	1
20h	-	-	-	-	-	0
Masculino	-	-	-	-	-	9
Feminino	-	-	-	-	-	22
Total	-	-	-	1	20	31
Nenhum Temporário						
Total Campus	0	0	0	1	20	31

Fonte: Unidade e DGP

FLORIANÓPOLIS						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	217	230	234	238	249	235
40h	17	13	13	10	11	7
20h	14	15	13	11	10	3
Masculino	-	-	-	-	-	160
Feminino	-	-	-	-	-	85
Total	248	258	260	259	270	245
Temporário						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	0	0	0	0	0	0
40h	13	28	26	22	21	38
20h	7	4	2	0	0	0
Masculino	-	-	-	-	-	23
Feminino	-	-	-	-	-	15
Total	20	32	28	22	21	38
Total Campus	268	290	288	281	291	283

CHAPECÓ						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	-	-	-	-	18	32
40h	-	-	-	-	1	1
20h	-	-	-	-	-	0
Masculino	-	-	-	-	-	27
Feminino	-	-	-	-	-	6
Total	-	-	-	-	19	33
NENHUM TEMPORÁRIO						
Total Campus	0	0	0	0	19	33
Fonte: Unidade e DGP						

JARAGUÁ DO SUL						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	16	18	59	20	28	39
40h	2	2	4	1	2	1
20h	1	1	6	1	1	1
Masculino	-	-	-	-	-	28
Feminino	-	-	-	-	-	13
Total	19	21	69	22	31	41
Temporário						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	0	0	0	0	0	0
40h	8	6	13	0	8	3
20h	0	1	1	0	1	0
Masculino	-	-	-	-	-	0
Feminino	-	-	-	-	-	3
Total	8	7	14	0	9	3
Total Campus	27	28	83	22	40	44
Fonte: Unidade e DGP						

JOINVILLE						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	-	-	-	14	33	34
40h	-	-	-	0	1	1
20h	-	-	-	0	1	0
Masculino	-	-	-	-	-	23
Feminino	-	-	-	-	-	12
Total	-	-	-	14	35	35
Temporário						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	-	-	-	0	0	0
40h	-	-	-	9	2	3
20h	-	-	-	0	0	0
Masculino	-	-	-	-	-	1
Feminino	-	-	-	-	-	2
Total	-	-	-	9	2	3
Total Campus	0	0	0	23	37	38
Fonte: Unidade e DGP						

SÃO JOSÉ						
Permanente						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	55	54	19	59	56	70
40h	4	5	1	3	3	3
20h	5	6	1	5	5	5
Masculino	-	-	-	-	-	60
Feminino	-	-	-	-	-	18
Total	64	65	21	67	64	78
Temporário						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
40h c/ DE	0	0	0	0	0	0
40h	8	16	7	17	11	13
20h	4	1	3	0	1	0
Masculino	-	-	-	-	-	7
Feminino	-	-	-	-	-	6
Total	12	17	10	17	12	13
Total Campus	76	82	31	84	76	91
Fonte: Unidade e DGP						

DOCENTES NA ADMINISTRAÇÃO						
Administração do CEFET-SC	-	-	-	9	11	2

EVOLUÇÃO DOCENTES						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total Permanente	331	344	350	363	451	499
Total Temporário	40	56	52	48	44	57
Total Geral CEFET-SC	371	400	402	411	506	580
Total Docentes quadro Permanente 523						

NÚMERO DE DOCENTES POR UNIDADE E GRAU DE FORMAÇÃO								
Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
	Ano	Doutorado	Mestrado	Especia- lização	Aperfeiçoa- mento	Graduação	E. Médio	TOTAL
FLORIANÓ- POLIS	Quadro Permanente							
	2004	18	85	106	7	42	-	258
	2005	28	79	107	7	39	-	260
	2006	46	85	85	1	42	-	259
	2007	48	95	87	1	39	-	270
	2008	45	92	73	2	33	-	245
	Quadro Temporário							
	2004	-	11	3	-	18	-	32
	2005	-	3	1	-	24	-	28
	2006	-	-	-	-	22	-	22
	2007	-	-	-	-	19	-	19
	2008	-	-	-	-	38	-	38
	TOTAL 2008	45	92	73	2	71	0	283

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
	Ano	Doutorado	Mestrado	Especializa- ção	Aperfeiçoa- mento	Graduação	E. Médio	TOTAL
SÃO JOSÉ	Quadro Permanente							
	2004	3	34	20	4	4	-	65
	2005	6	35	20	4	4	-	69
	2006	7	34	21	3	2	-	67
	2007	8	35	17	-	4	-	64
	2008	10	38	14	2	14	-	78
	Quadro Temporário							
	2004	-	4	1	-	12	-	17
	2005	-	1	-	-	13	-	14
	2006	-	-	-	-	17	-	17
	2007	-	-	-	-	12	-	12
2008	-	-	-	-	13	-	13	
TOTAL 2008	10	38	14	2	27	0	91	

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
	Ano	Doutorado	Mestrado	Especial.	Aperfeiç.	Graduação	E. Médio	TOTAL
JARAGUÁ DO SUL	Quadro Permanente							
	2004	-	5	9	2	5	-	21
	2005	-	8	6	2	5	-	21
	2006	1	6	7	1	7	-	22
	2007	1	8	9	-	13		31
	2008	1	12	8	1	19	-	41
	Quadro Temporário							
	2004	-	-	2	-	5	-	7
	2005	-	-	1	-	9	-	10
	2006	-	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	9	-	9
	2008	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL 2008	1	12	8	1	22	0	44	

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
	Ano	Doutorado			Aperfeiç.	Graduação	E. Médio	TOTAL
CHAPECÓ	Quadro Permanente							
	2006	0	2	3	0	7	0	12
	2007	2	6	3	0	8	0	19
	2008	8	12	5	0	8	0	33

Nenhum temporário

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
	Ano	Doutorado	Mestrado	Especial.	Aperfeiç.	Graduação	E. Médio	TOTAL
JOINVILLE	Quadro Permanente							
	2006	0	3	8	0	3	0	14
	2007	1	17	13	0	4	0	35
	2008	5	16	12	0	2	0	35
	Quadro Temporário							
	2006	-	-	-	-	9	-	9
	2007	-	-	-	-	2	-	2
	2008	0	0	0	0	3	0	3
TOTAL 2008	5	16	12	0	5	0	38	

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
CONTINENTE	Ano	Doutorado	Mestrado	Especializ	Aperfeiç	Graduação	E. Médio	TOTAL
	Quadro Permanente							
	2006	0	1	0	0	0	0	1
	2007	1	11	8	0	0	0	20
	2008	1	12	9	1	8	0	31
Não há Quadro Temporário								

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
ARARANGUÁ	Ano	Doutorado	Mestrado	Especializ	Aperfeiç	Graduação	E. Médio	TOTAL
	Quadro Permanente							
	2006	3	3	3	0	0	0	9
	2007	0	0	0	0	12	0	12
	2008	6	8	5	1	16	0	36
Não há Quadro Temporário								

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
ADM. DO SISTEMA	Ano	Doutorado	Mestrado	Especializ	Aperfeiç.	Graduação	E. Médio	TOTAL
	Quadro Permanente							
	2006	3	3	3	-	-	-	9
	2007	4	3	3		1		11
	2008	7	8	6	1	2	-	24

Unidade	GRAU DE FORMAÇÃO – DOCENTES							
Total Quadro Perman.	Ano	Doutorado	Mestrado	Especializ	Aperfeiç.	Graduaç.	E. Médio	TOTAL
	2003	20	124	102	81	37	7	371
	2004	21	139	141	13	86	-	400
	2005	34	126	135	13	94	-	402
	2006	57	134	127	5	109	-	432
	2007	65	175	140	1	81	-	462
	Total permanente	2008	83	198	132	8	102	-
TOTAL	2008 Subst.	0	0	0	0	57	0	57
TOTAL GERAL								580

NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS POR UNIDADE, REGIME DE TRABALHO E SEXO							
Campus	REGIME DE TRABALHO				SEXO		Total
	Ano	40 horas	30 horas	20 horas	Masc	Fem	
FLORIANÓPOLIS	2006	141	4	1	-	-	146
	2007	149	2	1	-	-	152
	2008	166	2	1	99	70	169
SÃO JOSÉ	2006	71	1	1	-	-	73
	2007	71	2	1	-	-	74
	2008	79	2	1	45	37	82
JARAGUÁ DO SUL	2006	11	-	-	-	-	11
	2007	24	-	-	-	-	24
	2008	33	0	0	11	22	33
CHAPECÓ	2006	11	-	-	-	-	11
	2007	25	-	-	-	-	25
	2008	33	0	0	15	18	33
JOINVILLE	2006	9	-	-	-	-	9
	2007	25	-	-	-	-	25
	2008	33	0	0	13	20	33
CONTINENTE	2006	1	-	-	-	-	1
	2007	14	-	-	-	-	14
	2008	28	0	0	8	20	28
ADMINISTR DO SISTEMA	2006	43	-	-	-	-	43
	2007	64	-	-	-	-	64
	2008	71	0	0	34	37	71
ARARANGUÁ	2006	-	-	-	-	-	0
	2007	6	-	-	-	-	6
	2008	30	0	0	20	10	30
Total	2006	287	5	2	-	-	294
	2007	378	4	2	-	-	384
	2008	473	4	2	245	234	479

Fonte: Unidades de Ensino e DGP

NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS POR UNIDADE e GRAU DE FORMAÇÃO											
GRAU DE FORMAÇÃO											
UNIDADE	ANO	Doutorado	Mestrado	Especializ.	Aperf.	Graduação	E. Médio	Fundam Completo	Fundam Incomp.	Alfabetizado	TOTAL
FLORIANÓPOLIS	2007	1	2	13	0	39	62	16	18	1	152
	2008	0	3	9	0	61	61	16	18	1	169
SÃO JOSÉ	2007	0	3	14	0	22	25	7	3	0	74
	2008	0	1	14	0	30	31	6	0	0	82
JARAGUÁ DO SUL	2007	0	1	4	0	8	11	0	0	0	24
	2008	0	0	4	0	19	10	0	0	0	33
CHAPECÓ	2007	0	0	1	0	12	12	0	0	0	25
	2008	0	0	7	0	13	13	0	0	0	33
JOINVILLE	2007	0	1	2	0	14	8	0	0	0	25
	2008	0	1	1	0	20	11	0	0	0	33
CONTINENTE	2007	0	0	1	0	3	10	0	0	0	14
	2008	0	0	6	0	8	14	0	0	0	28
ADMINISTR. SISTEMA	2007	0	5	8	0	32	18	0	1	0	64
	2008	0	0	9	0	44	16	0	2	0	71
UNIDADE ARARANGUÁ	2007	0	0	2	0	4	0	0	0	0	6
	2008	0	1	2	0	13	14	0	0	0	30
TOTAL GERAL	2007	1	12	45	0	134	146	23	22	1	384
	2008	0	6	52	0	208	170	22	20	1	479

Fonte: DGP Fonte: Unidades de Ensino e DGP